

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CRISTIANE BOHRER SCHMIDT

A INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA NA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

Florianópolis, 24 de junho de 2014

CRISTIANE BOHRER SCHMIDT

A INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA NA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Relações Internacionais. Sob a orientação do Professor Helton Ricardo Ouriques.

Florianópolis, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **9,5** à aluna Cristiane Bohrer Schmidt na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Professor Dr. Helton Ricardo Ourique.  
Presidente da Banca - Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

Professor Dr. Hoyêdo Nunes Lins  
Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

Vitor Helio P. de Souza - PPGD  
Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, SC, 24 de junho de 2014

*Para minha mãe, Jane Nanci Bohrer,  
meu pai, Airton Atelio Schmidt,  
e minhas irmãs, Gabriela e Andressa*

## **AGRADECIMENTOS**

**Agradeço a Deus** por todas as oportunidades,

**a minha família, avós e dindos**, pelo incentivo e apoio incondicionais,

**aos professores**, pela dedicação e paciência, e em especial ao orientador Prof. Helton Ouriques, que esteve presente desde o início,

**e aos amigos**, novos e antigos, que tornaram esta jornada inesquecível.

## **RESUMO**

A questão do petróleo nas Relações Internacionais encontra-se fortemente vinculada aos temas de segurança, poder e interesse nacional. Sendo um recurso escasso, uma grande reserva de petróleo tem a capacidade impulsionar a projeção e a internacional de seu detentor, além de possibilitar uma maior autonomia.

Este trabalho abordará a trajetória brasileira rumo à autossuficiência em petróleo, destacando a sua inserção internacional na Geopolítica do Petróleo antes e após a descoberta do Pré-Sal. Pretende-se avaliar se a descoberta das reservas de petróleo brasileiras já possibilitaram uma maior projeção brasileira no Sistema Internacional, modificando suas relações com as grandes potências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geopolítica; Petróleo; Pré-Sal; Inserção Internacional;

## **ABSTRACT**

The subject of oil in International Relations is strongly linked to the issues of security, power and national interest. Being a scarce resource, a large oil reserve has the ability to boost its holder's international projection, and to allow a greater autonomy.

This paper will address the Brazilian path towards self-sufficiency in oil, highlighting its international insertion in the Geopolitics of Oil before and after the discovery of Pre-Salt. It is intended to assess whether the discovery of the Brazilian oil reserves have enabled a greater Brazilian projection in the International System, modifying its relations with major powers.

**KEYWORDS:** Geopolitics; Oil; Pre-Salt; International Insertion;

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 - Apresentação do Pré-Sal.....	p. 47
Figura 2 - Bacias Sedimentares Brasileiras.....	p. 48
Figura 3 - Distribuição de reservas provadas em 1992, 2002 e 2012 (%).....	p. 54
Figura 4 - Fluxos de comércio de petróleo (milhões de barris): 2005.....	p. 55
Figura 5 - Fluxos de comércio de petróleo (milhões de barris): 2012.....	p. 56



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

AOD - Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

BPD - Barris por Dia (bpd)

BP - *British Petroleum*

CENPES - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás

CNP - Conselho Nacional do Petróleo

CNPC - *China National Petroleum Corporation*

CNOC - *China Nation Offshore Oil Corporation*

EUA - Estados Unidos da América

IEA - *Internation Energy Agency*

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NEP - *National Energy Policy*

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PEI - Política Externa Independente

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PPSA - Pré-Sal Petróleo Brasileiro S/A

PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool

TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TNP - Tratado de Não Proliferação Nuclear

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>p. 11</b>
<b>2. UMA VISÃO GERAL: A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO.....</b>	<b>p. 14</b>
2.1 A Dependência dos Estados Unidos.....	p. 16
<b>3. A INSERÇÃO BRASILEIRA E OS EFEITOS DO CHOQUE DE 1973.....</b>	<b>p. 22</b>
3.1 Efeitos na Política Externa Brasileira.....	p. 26
3.2 Respostas Internas: Matrizes Energéticas Alternativas.....	p. 32
3.2.1 O Proálcool.....	p. 33
3.2.2 O Programa Nuclear Brasileiro.....	p. 36
3.2.3 Itaipu e a Era das Hidrelétricas.....	p. 39
3.2.4 As Novas Prospecções da Petrobrás.....	p. 41
<b>4. O PRÉ-SAL.....</b>	<b>p. 46</b>
4.1 Apresentação.....	p. 46
4.2 O Novo Marco Regulatório e o Leilão de Libra.....	p. 49
<b>5. NOVA FORMA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL.....</b>	<b>p. 54</b>
5.1 Aproximação com o Gigante Asiático.....	p. 57
5.2 Movimentação Norte-Americana.....	p. 62
5.2.1 A Reativação da IV Frota.....	p. 65
5.2.2 Espionagem da Petrobrás.....	p. 67
5.3 Novos Desafios.....	p. 71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p. 76</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>p. 78</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A disputa por recursos naturais sempre esteve presente na história da sociedade. Desde a formação dos Estados Nacionais, a busca pelo poder e pela hegemonia aparece entrelaçada à competição por estes recursos, tornando-se cada vez mais acirrada à medida que a pressão sobre a oferta torna os recursos mais escassos.

A geopolítica, modo de análise que atingiu grande popularidade entre o fim do século XIX e meados do século XX, define as relações entre o Estados e o território no qual se encontra e ao qual possui autoridade soberana. Para Klare (2003), importante pesquisador da geopolítica contemporânea, esta é definida como “a contenda entre grandes potências e aspirantes a grandes potências pelo controle de territórios, recursos e posições geográficas importantes, tais como portos, canais, sistemas hídricos, oasis e outras fontes de riqueza e influência”.

Deste modo, pode-se inferir que a maior parte dos conflitos do último século são definidos pela disputa geopolítica e pela competição por recursos, os quais não são distribuídos igualmente em todo o globo. As ideologias geopolíticas, nos seus primórdios, serviram a fins colonialistas e como justificativa para o expansionismo estatal; na luta pelo “espaço vital” que asseguraria a sua sobrevivência, os Estados buscavam obter territórios e recursos subjugando Estados mais fracos. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o termo “Geopolítica” passou a ser utilizado com restrição devido aos efeitos devastadores que foram gerados por governantes com ideologias expansionistas.

Atualmente, porém, a geopolítica continua sendo o melhor meio de análise das disputas por recursos e poder no sistema internacional. Os teóricos realistas das Relações Internacionais, que ganharam destaque após a Segunda Guerra Mundial, afirmam que o território nacional e os recursos a ele agregados são importante fonte de

poder para os Estados. Estes, atores unitários no Sistema Internacional, definem a busca pelo poder como interesse nacional constante; e o poder depende fortemente das matérias primas, ou recursos naturais, de que o Estado tem a sua disposição.

Atores como Morgenthau e Aron destacam a importância dos recursos naturais para a proeminência de um Estado no Sistema Internacional e, conseqüentemente, para sua sobrevivência como entidade soberana; indo mais além, Kenneth Waltz e Robert Gilpin destacam a importância para o Estado da detenção do mais imprescindível recurso energético para a economia e sociedade modernas: *o petróleo*.

A partir do século XX, o petróleo passa a ser uma questão geopolítica por excelência, regido principalmente pelas teorias realistas das Relações Internacionais, de poder e de conflito. Além de ser um recurso limitado a apenas alguns territórios nacionais e ser um recurso esgotável, o petróleo possui ainda maior importância por ser o combustível do motor que gira e desenvolve o mundo.

Não é surpresa, então, que as relações entre os países detentores desse recurso e os maiores países consumidores sejam tão conflituosas e baseadas nas demonstrações (e uso) de poder militar. Por conseguinte, a importância do estudo do petróleo nas relações internacionais contemporâneas é de suma importância para entender as disputas e conflitos do século XX e XXI.

Como fonte de poder nacional, o petróleo pode significar a plataforma para uma maior projeção internacional do seu detentor. Sendo assim, a descoberta das reservas de petróleo do Pré-Sal no Brasil reacenderam os antigos sonhos de “Brasil Potência”, de maior importância e autonomia no Sistema Internacional. Torna-se essencial (e, sobretudo, motivante), analisar o papel que tal descoberta terá na inserção internacional brasileira na geopolítica do petróleo.

De acordo com tais considerações, o seguinte trabalho se propõe a analisar o papel do Brasil na geopolítica do petróleo, discorrendo acerca do processo de inserção brasileira nas dinâmicas energéticas mundiais e, em seguida, observando as mudanças constatadas no perfil brasileiro após a descoberta do Pré-Sal. Pretende-se avaliar se tal fato determinou ao país uma nova posição no cenário internacional, apontando as perspectivas para o futuro e os novos desafios que devem ser superados a fim de efetivar um desenvolvimento nacional e uma maior projeção ao Brasil.

A metodologia utilizada será a revisão bibliográfica, além da análise quantitativa e qualitativa de dados e relatórios relacionados à questão do petróleo. Com relação ao marco teórico, a seguinte pesquisa busca entrelaçar diversas teorias das relações internacionais, a fim de propiciar uma análise mais ampla do tema, sem se restringir a uma visão específica.

Conforme citado anteriormente, por se tratar de um assunto que abrange principalmente recursos de poder, as teorias do interesse nacional normalmente se mostram mais apropriadas; ou seja, a teoria realista nos oferece um melhor aparato teórico ao reconhecer a importância dos recursos energéticos como fonte de poder e, deste modo, definidos como questões de grande interesse nacional.

Todavia, a teoria realista possui suas limitações ao tratar o Estado como um ator unitário, uma “bola de bilhar”, com interesses nacionais atemporais e não influenciado pelas complexas questões de política interna. Além disso, o enfoque realista nas grandes potências acaba por reduzir o papel de países periféricos, detentores dos recursos naturais: o realismo não pôde prever o choque do petróleo, e o poder político dos países do Oriente Médio não pode ser explicado completamente.

Sendo assim, utilizar-se-á de diversos aparatos teóricos, sem se limitar ao realismo, a fim de compreender os diversos eventos em paralelo de forma mais completa. As teorias da interdependência e as análises de política externa, estabelecendo jogos de dois níveis entre o meio interno e externo dos Estados, mostram-se também deveras úteis em diversas passagens.

A fim de alcançar os objetivos supracitados, o seguinte trabalho apresentará um breve panorama histórico da geopolítica do Petróleo, destacando o papel dos Estados Unidos como potência mundial na influência dos processos internacionais; em seguida, apresentará um histórico das questões energéticas no cenário interno brasileiro, assim como os efeitos da crise do petróleo nas estratégias de política interna e externa do país.

Como ponto de inflexão, se seguirá uma análise da inserção internacional brasileira no cenário geopolítico do início do século XXI, apresentando a descoberta do Pré-Sal e a importância que estas reservas de petróleo apresentam para a segurança energética brasileira, assim como sua projeção no sistema internacional.

## 2. UMA VISÃO GERAL: A GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

Os acontecimentos das últimas décadas, em especial a partir da década de 70, tornam óbvio constatar que o petróleo é essencial para o funcionamento da economia contemporânea. Sendo a principal fonte de energia atual e o motor propulsor do capitalismo moderno, o petróleo tem o poder de gerar ciclos de recessão e crescimento global somente através de variações em seus preços.

Além da importância decisiva na estrutura econômica global, o petróleo determina a hierarquia da política internacional. Suas reservas se tornam fonte de poder nacional e determinam novas posições aos seus detentores nas relações internacionais. O petróleo é combustível para a guerra, em pelo menos dois sentidos: no sentido abstrato, é propulsor de conflitos na medida em que suas reservas são objeto de cobiça internacional; e literalmente, o vínculo do petróleo com a capacidade militar para gerir a guerra se tornou visível a partir da Primeira Guerra Mundial. Torna-se, deste modo, recurso estratégico decisivo nas relações de poder contemporâneas.

A participação dos combustíveis fósseis no *mix* global é de 82%, mesmo dado de 25 anos atrás, e o crescimento na atualidade dos combustíveis renováveis só mudará este valor em 2035, para aproximadamente 75%, segundo estimativas da Agência Internacional de Energia (IEA, *World Energy Outlook 2013*). Matéria prima mais importante do século XX, a importância do petróleo nas primeiras décadas do século XXI segue absoluta, servindo para todas as necessidades imediatas de energia como meios de transporte terrestre, aquático e aéreo, geração de eletricidade, lubrificação de máquinas e motores, aquecimento e matéria prima de diversos produtos como plásticos, borrachas, fertilizantes, explosivos e tecidos sintéticos.

Em outras palavras, segundo a análise de Lins (2008), a energia se apresenta primordial como ingrediente nos processos de produção e de circulação das

mercadorias, tornando-se essencial para o capitalismo sob o signo da globalização em que vivemos. E a fonte maior de energia é o petróleo.

A proeminência do petróleo na matriz energética mundial se dá devido aos custos (após os investimentos iniciais de pesquisa e instalação, a extração apresenta gastos reduzidos); ao rendimento; ao transporte (podendo ser transportado facilmente a longas distâncias, mais rápido e com custos reduzidos); etc. Ou seja, a primazia do petróleo se dá devido a nenhum outro produto conseguir substituí-lo de forma eficaz (FUSER, 2005):

A energia nuclear, que começou a ser utilizada para fins pacíficos na década de 1950, alcançou resultados limitados – sua expansão foi interrompida diante dos problemas de impacto ambiental, dada a dificuldade em se encontrar um destino satisfatório para os resíduos radiativos, e dos riscos de segurança estratégica envolvidos na difusão da tecnologia nuclear em escala mundial. Os chamados combustíveis alternativos, como as células de hidrogênio, ainda são essencialmente um objeto de pesquisa, e não se prevê que possam ser utilizados comercialmente em larga escala nos próximos vinte ou trinta anos. (FUSER, 2005, p. 35)

Como explicita Yergin, “a civilização contemporânea desabaria caso os poços de petróleo secassem subitamente”. (YERGIN apud FUSER, 2005, p. 35)

Nas dinâmicas atuais da geopolítica do petróleo, novas tecnologias tem aberto espaço para descobertas de fontes de petróleo em locais antes inexplorados. Além disso, o crescimento da demanda, principalmente de países em desenvolvimento, em especial a China e a Índia, tem ocasionado pressões sobre as reservas que, futuramente, podem se desdobrar em novos conflitos. Os dados da IEA apontam ainda que os países vêm trocando papéis na geopolítica do petróleo: importadores se tornam exportadores, e exportadores passam a absorver em larga medida os fluxos de petróleo no comércio mundial.

Apesar destes novos papéis, como o caso do Brasil, que será abordado posteriormente neste trabalho, o Oriente Médio continua central na visão de longo prazo das políticas em torno do petróleo. Historicamente, a região recebe atenção devido as suas grandes reservas de petróleo e devido à instabilidade na qual se encontra – características fortemente entrelaçadas entre si, pode-se dizer.

## 2.1 A Dependência dos Estados Unidos

As dinâmicas de política internacional relacionadas à geopolítica do petróleo encontram-se intrinsecamente ligadas aos movimentos de política externa dos Estados Unidos, cuja dependência de petróleo importado torna primordial o livre acesso às fontes do mesmo e a fluidez da sua oferta no mercado mundial. E assim como as dinâmicas da geopolítica do petróleo têm grande impacto na política dos Estados Unidos, as ações deste país, potência econômica, política e militar do mundo pós Guerra Fria, contribuem para moldar os conflitos e tensões em torno da busca por hidrocarbonetos no século XX e XXI.

Com o Primeiro Choque do Petróleo em 1973, ocasião em que os países da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumentaram bruscamente os preços do petróleo no mercado mundial, a questão da segurança energética ficou proeminente, e a vulnerabilidade pelas quais estavam sujeitas as economias nacionais passou a ser motivo de inquietação nas principais potências mundiais.

Para os Estados Unidos, que durante a administração de Bush chegaram a importar 52% do petróleo consumido internamente, a energia é essencial para o funcionamento da economia por mover diversos setores chave da estrutura nacional, além de ser o combustível para o extenso maquinário de guerra do país; deste modo, a vinculação entre segurança energética e segurança nacional se torna gritante:

Ainda que surjam de dois tipos diferentes de preocupação uma ligada à energia e outra ligada à segurança— estes dois princípios estratégicos fundiram-se em um desenho único e integrado para a dominação mundial estadunidense no século XXI. Qualquer das duas preocupações pode desempenhar o papel principal em uma situação particular, mas a combinação de ambas é o que dará tom à conduta internacional dos EUA nas próximas décadas. (KLARE, 2006, p. 18)

A segurança nacional dos Estados Unidos torna-se atrelada à busca por fontes de petróleo confiáveis, sendo ambas imiscuídas no projeto de manutenção da posição de potência mundial perseguida pelos EUA nas últimas décadas e na conservação do “império informal” construído desde o fim da Guerra Fria (BANDEIRA, 2010).



Deste modo, a partir da década de 80 vimos emergir uma doutrina norte-americana que visa proteger o fornecimento de petróleo de toda e qualquer ameaça; a partir desta, pode-se utilizar todos os meios necessários, incluindo a força, para assegurar os fluxos de petróleo provenientes principalmente da região do Golfo Pérsico, principalmente, que concentra a maior parte das atenções de Washington. A Doutrina Carter, como foi chamada esta linha de política, tem como grandes exemplos de atuação a Guerra do Golfo, de 1990, e segue com desdobramentos até os dias atuais, sendo percebida claramente na Guerra do Iraque de 2003.

Durante o governo do Presidente Bush Filho, que assumiu no início de 2001, a crise energética pela qual o país passou (exemplificada pelos apagões periódicos na Califórnia) demonstrou a vulnerabilidade do país às condições externas de fornecimento de energia e tornou ainda mais proeminentes a necessidade e as estratégias de garantia de petróleo importado. Assim, a prioridade dada às políticas energéticas passa a ser gritante em tal governo, assumindo novas proporções.

Para enfrentar este desafio, o presidente Bush criou o Grupo Nacional de Desenvolvimento de Políticas de Energia (National Energy Policy Development Group–NEPDG) integrado por altos funcionários públicos, que teria a responsabilidade de desenvolver um plano de longo alcance que tenderia em satisfazer os requisitos energéticos da nação.[...] Para liderar o NEPDG e para supervisionar este processo de longo prazo, Bush escolheu seu assessor político mais próximo, o vice-presidente Dick Cheney. Membro do Partido Republicano e ex-secretário de Defesa, Cheney havia sido presidente e CEO da Halliburton Co., uma empresa de serviços petrolíferos, antes de se juntar à campanha de Bush em 2000. Cheney, por sua vez, buscou o assessoramento e as recomendações de altos funcionários das empresas energéticas dos EUA, incluindo a Enron. (KLARE, 2006, p. 2)

Como resultado, no Relatório Cheney visou-se não diminuir a dependência dos Estados Unidos em relação ao petróleo importado, mas obter fontes cada vez mais diversificadas de óleo importado para satisfazer a demanda interna, através de novos relacionamentos com países produtores; além disso, estabeleceu como objetivo evitar que ameaças impeçam o fornecimento do mesmo (retomando deste modo a Doutrina Carter).

Ainda segundo Klare (2006), tais imperativos conduzirão os EUA a realizarem políticas de interferência e direcionadas para áreas importantes como o Golfo Pérsico, a Bacia do Mar Cáspio, a África e a América Latina, principalmente.

Tendo em vista os interesses norte-americanos dos últimos anos, movimentos de política externa deste país são visíveis em cada uma das regiões-destaque na geopolítica do petróleo, se relacionando com os movimentos internos de países produtores e influenciando as relações internacionais nas áreas nas quais se encontram. Em seu próprio continente, pode-se observar uma proeminente cooperação energética entre os três países que compõem a América do Norte. Os vínculos entre os EUA e o México merecem destaque: este exporta petróleo para os Estados Unidos, e importa o gás proveniente daquele país, que o possui em abundância.

Na África, a maior atenção da política externa norte-americana se encontra na região ocidental, mais especificamente nos países da Nigéria e Angola, apesar de outros países africanos ainda se relacionarem na geopolítica do petróleo. Nesses dois países destacados, os problemas sociais e estruturais, como a problemática dos dispositivos legais afasta o investimento estrangeiro em alguma medida, assim como os conflitos étnicos e o antiamericanismo presente nestas áreas; além disso, como pode ser observado com o grande ingresso de capitais durante a crise do petróleo, o desperdício e a corrupção aprofundam as desigualdades em lugar de solucionar os problemas sociais da população.

As doutrinas de segurança dos Estados Unidos em relação ao petróleo começam a aparecer com maior relevo quando se trata dos países exportadores de petróleo da América do Sul, região na qual o controle estatal nos assuntos de recursos naturais ganhou força nas últimas décadas. Aqui, os princípios de defesa de recursos naturais e de soberania sobre recursos energéticos se tornam um empecilho nas políticas norte-americanas, em uma região vital para a segurança nacional dos EUA - as barreiras erguidas contra o capital internacional foram motivo de preocupação segundo a National Energy Policy (NEP), que visa buscar a abertura de tais países ao investimento externo direto a fim de favorecer as empresas norte-americanas.

Historicamente, o destaque na América do Sul é dado para a Venezuela e Bolívia. A vulnerabilidade dos Estados Unidos quanto às exportações venezuelanas de petróleo foi constatada com a crise de abastecimento nos EUA gerada pela greve de 2002-2003 na Venezuela; este país encontra-se entre os maiores exportadores de petróleo para os Estados Unidos. Já a Bolívia, cujos recursos energéticos foram

nacionalizados pelo Presidente Evo Morales, é grande fornecedora de gás natural para os países vizinhos.

A Doutrina Carter se apresenta com maior profundidade quando se trata da Colômbia. Os Estados Unidos interferem no conflito civil colombiano com o pretexto de combater as drogas e o terrorismo, porém as questões ligadas ao petróleo e à defesa dos oleodutos se encontram imiscuídas na política de intervenção. Deste modo, os Estados Unidos buscam uma maior cooperação energética na América do Sul, região vital para assegurar seus interesses energéticos e de segurança. O caso do Brasil, ingressando no século XXI com maior destaque na geopolítica da região, será abordado no decorrer do trabalho.

Enquanto a Europa destaca-se como região importadora, exceto pela Noruega, Reino Unido e Holanda (este último em gás), ainda pode-se citar o papel do continente como exportadora de empresas ligada à extração de petróleo. Já na Ásia, a China e a Índia vêm ganhando proeminência devido ao crescente índice de importações de petróleo, motivado pelo crescimento da economia interna. Quanto à China, ainda destaca-se a conquista de importantes fornecedores no Oriente Médio, e a PetroChina, empresa que vem ganhando espaço no cenário internacional.

É, todavia, nas regiões do Golfo Pérsico e do Mar Cáspio onde a política de segurança dos Estados Unidos aparece com maior vigor. O Golfo Pérsico, que historicamente abrigou dois terços das reservas de petróleo mundiais e conta com reservas inexploradas que garantem crescimento futuro da produção, é considerado o foco central das dinâmicas petrolíferas, assim como dos conflitos relacionados à segurança energética mundial.

Liderando as reservas conhecidas e a produção diária, a região é de interesse vital para os Estados Unidos, cuja política de garantir o fornecimento já desencadeou intervenções armadas como a Guerra do Golfo de 1990 e a Guerra do Iraque, de 2003. Apesar das justificativas encontradas para legitimar os conflitos, diversos documentos hoje comprovam que o petróleo foi o grande movimentador das intervenções norte-americanas na região do Oriente Médio.

Além das questões de instabilidade política intrínseca da região (às quais seria ingênuo inferir que se formam somente devido às riquezas mineiras), os países a ela

pertencentes ainda possuem importante capital político devido à participação na OPEP: capazes de determinar preços e oferta de petróleo no mercado, o cartel de países da OPEP apresentou seu poderio pela primeira vez na crise de 1973, apesar da divisão interna do bloco dificultar uma maior articulação de políticas comuns.

Aqui se encontrou o maior foco do Relatório Cheney e a maior parte das ações de política exterior dos Estados Unidos, além da maior fonte de inquietação mundial com respeito a conflitos armados e estrangulamentos de fluxos de óleo para o Ocidente. Além da Guerra do Golfo e da Guerra de 2003, visando primeiramente conter Saddam Hussein e, em seguida, removê-lo do Iraque, diversos conflitos como a invasão do Afeganistão de 2001 após os ataques de 11 de setembro, os impasses com a Arábia Saudita e a questão das armas nucleares com o Irã demonstram a grande presença dos países do Golfo nas questões prioritárias dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, porém não menos crucial, é a questão dos países do Mar Cáspio. A região, formada pelos países do Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Turcomenistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão, se apresenta relevante devido tanto às reservas inexploradas, como quanto à localização estratégica nas rotas de petróleo para o Ocidente.

Repúblicas pertencentes à antiga União Soviética, tais países passaram a ter maior atenção dos Estados Unidos após a Guerra Fria e a derrubada da potência soviética. Desde o governo do Presidente Clinton, iniciativas diplomáticas passaram a visar o estabelecimento de influência dos EUA naquela região crucial aos interesses geopolíticos russos, gerando conflitos e cenas de tensão entre as duas grandes potências protagonistas da Guerra Fria.

Além de procurar conter a influência russa, as campanhas diplomáticas no Mar Cáspio objetivam a instalação de bases militares próximas aos países do Golfo (após o 11 de setembro, criaram-se bases no Quirguistão e Uzbequistão) e, como interesse imediato dos EUA, a instalação de oleodutos que desviem dos territórios problemáticos da Rússia e do Irã, e conseqüentemente do controle dos mesmos.

Sendo assim, ainda em Clinton foi elaborado um plano para construção do oleoduto BTC (Baku-Tbilisi-Ceyhan), através do Azerbaijão, Turquia e Geórgia. Nas palavras de Moniz Bandeira:

Sua construção pelas companhias BOTAS Petroleum Pipeline Corporation e Bechtel Corporation (Bechtel Group), esta última intimamente vinculada ao presidente dos Estados Unidos, começou em 2002 e terminou em 2006, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos tratavam de estreitar as relações militares com a Georgia, mediante o envio de assessores com a missão de treinar seu exército.[...] Esse oleoduto, com capacidade para transportar 1,0 milhão de barris de petróleo por dia, é o segundo maior do mundo e estende-se por 1.768 km [...]. Muda [então] a situação do Cáucaso e não somente estabelece como consolida um vínculo estratégico entre o Azerbaijão, Georgia, Turquia e Israel, que não apenas poderá abastecer-se, diretamente, com o petróleo do Mar Caspio como ainda reexportá-lo para os mercados asiáticos. (BANDEIRA, 2010, p. 29)

As diversas tensões entre Estados Unidos e Rússia demonstram a disputa por influência e a importância da região. Segue-se que o histórico *Heartland* de Mackinder, ou seja, a zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático, e que recebe a denominação de Eurásia ou Ilha Mundial, ainda apresenta-se como uma área de genuína relevância nas relações internacionais do século XXI.

Em suma, o petróleo possui papel central nos movimentos de política externa não só dos Estados Unidos, mas condiciona ações e interesses na maior parte dos países no mundo contemporâneo. Em se tratando de um recurso limitado, e dominado não em mesma medida para todos os países do sistema internacional, é evidente que se torna (e tornar-se-á ainda mais no futuro, de acordo com as perspectivas atuais) uma fonte de conflitos mundial - conforme determinado pelos teóricos de geopolítica e do realismo das relações internacionais.

Além disso, nem todos os países participam igualmente do jogo de poder do petróleo. Também, as posições dos participantes tendem a se modificarem, moldando novos esquemas de poder e novas regras de jogo, como é percebido em todo o processo de estudo das relações em torno do petróleo.

### 3. A INSERÇÃO BRASILEIRA E OS EFEITOS DO CHOQUE DE 1973

Entrando tardiamente na era dos hidrocarbonetos, durante a maior parte do século XX o Brasil foi considerado um produtor marginal e um consumidor moderado de petróleo, até o momento em que o aprofundamento da estrutura industrial nacional levou a uma maior necessidade e dependência de importações deste insumo básico. Pressionado pelas tendências de preços internacionais, e absorvido nas questões de como explorar e regular o petróleo nacional ainda nem encontrado, durante décadas, o Brasil passou por uma necessária (e até recentemente ilusória) busca pela autossuficiência em petróleo.

Apesar da grande importância do petróleo nas dinâmicas nacionais, tendo o tema constante presença nas preocupações dos governantes brasileiros e sendo permeado por constantes nacionalismos políticos e obsessões por abastecimento, no primeiro século de euforia do petróleo o papel brasileiro na geopolítica mundial era marginal, se não irrelevante. No plano internacional, sua produção e consumo não ocupavam um papel de relevância no balanço geral de comércio, tendo assim um peso pequeno nas dinâmicas ligadas à política de recursos nacionais que se iniciava.

Na América Latina, o México e a Venezuela constavam como os principais fornecedores da região, integrados ao sistema e desenvolvendo relações pendulares com os Estados Unidos. Ao longo do século XX, novos países foram agregados à geopolítica regional de recursos, como Bolívia, Equador e Argentina – e, de modo secundário, o Brasil, cujo perfil mais discreto durou décadas, até a recente descoberta do Pré Sal.

Deste modo, a emergência de uma política nacional de petróleo no Brasil, na classificação de Lucchesi (1998), pode ser dividida em três períodos. São eles: (i) o Período pré-Petrobrás (1858-1953); (ii) o Período de exclusividade da Petrobrás (1954-1997); (iii) o período que se inicia com a nova lei do petróleo (1997), que abre o

monopólio da Petrobrás através de contratos de concessão para empresas privadas nas atividades relacionadas ao Petróleo. Hoje, pode-se identificar um novo período com a descoberta do Pré-Sal e o novo marco regulatório que será abordado em seguida.

O primeiro período, pré-Petrobrás, é marcado pela abertura à iniciativa privada das áreas sedimentares brasileiras, assim como o amadorismo e falta de equipamentos e recursos para a exploração, que seriam amenizados no decorrer do período com a estrutura crescente. Divide-se este período em duas etapas: a primeira, que vai de 1858 a 1938, com a descoberta do campo de Lobato (BA), e a segunda, que se estende de 1939 até 1953, finalizando-se com a criação da Petrobrás.

A partir de tal classificação, apresenta-se a primeira etapa como um período em que a exploração era efetivada pela livre iniciativa doméstica, pelo conhecimento não científico e esparso de emanações de óleo e gás, assim como concessões dadas pelo governo às explorações de carvão, turfa e *betuminous shale*. As criações do Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (1907) e do Departamento Nacional da Produção Mineral (1933) intensificaram as perfurações, dando-lhes bases mais profissionais através de sondas e uma nova estrutura de pesquisa e exploração.

Assim também, posteriormente a década de 30 foi caracterizada pela tentativa de explorar e regular as atividades petrolíferas brasileiras, atestando a existência ou não de petróleo em território brasileiro. A Constituição de 1934 e os códigos de minas e águas passam a estabelecer as riquezas minerais como bens da União, exploráveis sob concessão, visando o interesse público (desde a Constituição de 1981, o detentor da superfície possuía propriedade sobre o subsolo). Apesar de não possuir meios de explorar, pretendia-se impedir a exploração por estrangeiros e uma progressiva nacionalização da atividade.

No período, a figura destaque foi de Monteiro Lobato, importante escritor brasileiro e jornalista que percebeu durante sua posição de adido comercial do Brasil no consulado de Nova York a importância do petróleo e do aço para o desenvolvimento e independência nacionais. Lobato mobilizou o interesse público acerca do tema, trazendo à consciência do público o papel estratégico do ainda não encontrado petróleo brasileiro e manifestando-se em favor de uma Companhia Nacional do Petróleo que realizasse exploração por meio de capitais nacionais.

A partir de 1937, medidas foram tomadas a fim de impulsionar a exploração, tendo estas um caráter explicitamente nacionalista: na Constituição de 1937 passa-se a exigir nacionalidade brasileira para acionistas de empresas de mineração, por exemplo, afastando assim o capital estrangeiro das atividades petrolíferas.

Em 1938, inicia-se a segunda etapa do período pré-Petrobrás, com a descoberta do campo de Lobato, cidade situada na Bahia (cujo nome de não passa de uma coincidência com o nome do entusiasta do petróleo brasileiro) e com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Este passa a regular todas as atividades vinculadas ao petróleo a ser descoberto.

Nesta etapa, a exploração já se apresenta se forma mais organizada, e a carência de recursos é em parte suprida pela criação da CNP. Melhora-se, afinal, a estrutura da exploração, que se concentrava no Recôncavo Baiano graças à descoberta de Lobato. De 1941 a 1953, são encontrados os campos de Candeias, Aratú, Dom João e Água Grande, até hoje os maiores campos terrestres já encontrados nesta região (LUCCHESI, 1998, p. 21).

No plano regional, o Brasil passa a estabelecer negociações e acordos com vizinhos andinos para o aproveitamento do petróleo na bacia amazônica. Nas palavras de Almeida (2008), “foram efetuadas conversações com o Peru e com a Colômbia que, no entanto, não foram ultimados. Com a Bolívia, porém, foi ratificado e promulgado um tratado de exploração do petróleo da faixa subandina boliviana, assinado em fevereiro de 1938, que tampouco foi levado à implementação prática.”

Dessarte, no período anterior à criação da Petrobrás, a exploração foi realizada essencialmente por empreendedores privados, cujas concessões e financiamentos eram concedidos pelo governo federal e órgãos relacionados, assim como os equipamentos, por diversas vezes. O amadorismo com que eram realizadas as buscas e a falta de recursos são amenizados com a criação da CNP: a pesquisa geológica passa a dar lugar à geofísica, e começam a aparecer escolas relacionadas à especialização da exploração. Foram perfurados, assim, 162 poços terrestres.

O período que se segue à Segunda Guerra Mundial representou uma diminuição em média de 50% nos níveis de importações de petróleo e derivados, gerando um desabastecimento em um país que só possuía três refinarias. A adoção de uma



Constituição mais liberal ao fim do conflito, que suprimia mecanismos como os de nacionalização progressiva, gerou a reação sintetizada pela campanha “O Petróleo é Nosso”, das alas mais nacionalistas da política brasileira. Inicia-se assim um debate entre os setores liberais e nacionalistas sobre como proceder em meio à questão de exploração de petróleo, que culminou com a criação da Petrobrás: em 1953, o Presidente Getúlio Vargas sancionava o projeto de lei que criava uma companhia de Estado, beneficiária do monopólio oficial, que era detido pelo Estado, sobre a pesquisa, lavra, comercialização e demais aspectos da economia do petróleo, com 51% do capital votante assegurado à União.

A Petrobras exerceu com exclusividade a exploração das jazidas em nome da União até 1997, quando foi aberto o monopólio com a lei do petróleo – períodos que serão apresentados na sequência do capítulo.

Como pode ser percebido, os esforços brasileiros realizados no período eram centralizados na busca por capacidades para a exploração de petróleo e, deste modo, na amenização da dependência externa, caracterizada pela importação quase total enquanto as jazidas brasileiras não eram descobertas em quantidade suficiente. A primeira grande descoberta de petróleo só aconteceria em 1974, quando a Bacia de Campos na plataforma continental voltaria a acender o sonho de autossuficiência brasileira.

Entretanto, em 1973 o choque do petróleo traria à tona os problemas da dependência brasileira de petróleo externo e, por conseguinte, das vulnerabilidades da economia do país em relação à política de preços ditadas pela OPEP.

Segundo Keohane e Nye (1977), a crise do petróleo é decisiva para exemplificar dois conceitos teóricos importantes das relações internacionais, delineados pelos autores: a *sensibilidade* e a *vulnerabilidade* a choques externos, características centrais no mundo globalizado e interdependente que começa a se delinear no período pós Segunda Guerra Mundial.

Com o choque do petróleo, os países cujas importações de óleo têm maior vulto na balança comercial e/ ou mais participam do *market share* global os que mais rapidamente sentirão os efeitos, neste caso negativos, do aumento do preço do petróleo. Porém, o fator mais importante a ser considerado é a vulnerabilidade externa,

ou seja, quão rápido os países são capazes de alterar suas políticas internas a fim de minimizar os danos causados pela alta dos preços dos combustíveis.

No caso brasileiro, podemos atestar que a vulnerabilidade em frente ao choque do petróleo é alta devido à falta de produção interna que satisfaça as necessidades de petróleo da economia interna, que vinha crescendo nos anos anteriores à crise do petróleo. Durante o “milagre econômico” (1968 a 1973), a estrutura produtiva brasileira viu-se embasada em uma rápida expansão das importações e da dívida externa, aumentando a dependência do país naqueles anos e nos anos subsequentes.

Segundo os dados de Herman (2005), o crescimento da economia, liderado pelo setor industrial, ampliava a dependência estrutural do país com relação ao petróleo, cuja participação no consumo total de energia passou de 34% em 1971 a 40% em 1973. O consumo de petróleo saltou, durante o “milagre”, de 21 milhões de m<sup>3</sup> em 1967 para 46 milhões em 1973, e a importação do insumo elevou-se de 59% do consumo interno para 81%.

Ou seja, o crescimento da economia brasileira do período pré-choque do petróleo se via fortemente atrelado à importação do insumo básico. A vulnerabilidade da economia ainda é ampliada pela necessidade constante de bens de capital para atender o novo parque industrial e pelo aumento da dívida externa. Logo, em 1973, “diante do elevado coeficiente de importação de petróleo da economia brasileira à época, esse choque [primeiro choque do petróleo] converteu uma situação de *dependência* externa em um quadro de *restrição* externa a partir de 1974. Com os novos preços, comprimia-se a capacidade de importação e, conseqüentemente, de crescimento do país”. (HERMANN, 2005, p. 96.)

### **3.1 Efeitos na Política Externa Brasileira**

Neste cenário problemático para a economia brasileira, a diplomacia do país se viu encarregada de mudar suas diretrizes a fim de minimizar o problema da crise externa nas dinâmicas internas do Brasil – que à época era o principal importador de petróleo do mundo em desenvolvimento. A aproximação com o mundo árabe que se iniciou durante a década de setenta visou atender aos interesses nacionais ao garantir

o fornecimento do insumo básico de que a economia tanto necessitava e dar continuidade ao plano nacional de desenvolvimento em curso. Ainda, um segundo desafio a ser enfrentado pela diplomacia era a conquista de mercados árabes, devido ao déficit comercial do Brasil para com a região: o volume de exportações brasileiras para a região era praticamente insignificante, o que se tornava mais problemático à medida que o preço dos produtos importados aumentava.

A diplomacia passou a formular, deste modo, um realinhamento da política externa que vinha sendo implementada até então, a fim de atender à nova realidade de restrição externa. Diversificou sua agenda bilateral, estabelecendo novas relações diplomáticas com cerca de dez países da região (SANTANA, 2006), adotando uma postura mais realista e pragmática nas relações internacionais a fim de aumentar sua autonomia política.

Um pouco antes da Guerra do Yom Kippur, em que os Estados que apoiassem Portugal, África do Sul ou Israel corriam o risco de ter o fornecimento de petróleo suspenso pelos países árabes, o chanceler Gibson Barbosa viajou ao Oriente Médio visando aumentar as exportações brasileiras para a região. O Brasil passou a adotar, devido aos acontecimentos, uma posição declaradamente pró-árabe nos fóruns multilaterais, abandonando a política anterior de equidistância no conflito árabe israelense, o que pode ser exemplificado no voto brasileiro antissionista na ONU.

O que foi inaugurada no Governo do Presidente Geisel, a partir de tais desafios externos, foi o Pragmatismo Ecumênico e Responsável na política externa brasileira. Adotando uma postura mais ousada e pragmática que os governos anteriores, Geisel abandona os alinhamentos automáticos da guerra fria a fim de multilateralizar e mundializar a política externa brasileira. O termo “pragmatismo” buscava caracterizar uma postura realista e mais livre de ideologias e ditames do sistema bipolar; “responsável” visava apresentar uma ação não oportunista e “ecumênico” descrevia um posicionamento universalista, que procurava olhar em todas as direções e expandir as relações internacionais do Brasil. Os interesses nacionais passaram a sobrepor-se às ideologias do conflito leste-oeste, e um grande papel de destaque na formulação de tais diretrizes é a do chanceler Azeredo da Silveira.

Com isto, o Oriente Médio foi priorizado na agenda brasileira, e “fazia-se necessário a construção de relações prioritárias com determinados países e regiões por meio de aproximações políticas, pela oportunidade de grandes projetos comuns ou pela penetração comercial” (SANTANA, 2006, p. 166). Estabeleceram-se missões diplomáticas e a troca de embaixadores plenipotenciários entre Brasil e Arábia Saudita, intensificando os relacionamentos políticos e comerciais e criando acordos de cooperação; ampliou as relações com o Iraque ao furar um boicote internacional estabelecido contra aquele país, estreitando relações entre a Petrobrás e a recém-nacionalizada Iraq Petroleum Company e se tornando um privilegiado parceiro comercial; buscou-se, ainda, cooperação internacional com estes países, Argélia e Líbia na prospecção de petróleo e desenvolvimento tecnológico e industrial.

Em 1974, o país ampliou suas relações políticas e econômicas na região do Oriente Médio, estabelecendo missões diplomáticas, acordos de cooperação, comerciais e atração de investimento em petrodólares. Além disso, o país procurou um maior relacionamento com as ex-colônias africanas recém-libertadas e com a China Continental, ao livrar-se das limitações geradas pela associação ao colonialismo português, ao separatismo sul-africano e à China Nacionalista.

O Governo do Presidente Figueiredo manteve as mesmas linhas do Pragmatismo Ecumênico e Responsável, reforçando o universalismo e as estratégias de cooperação sul-sul, a fim de conseguir uma posição privilegiada e de maior voz nos fóruns multilaterais. Em 1979 o Segundo Choque do Petróleo, a Revolução Iraniana e a Primeira Guerra do Golfo voltaram a acender os temores de interrupção no fornecimento de petróleo, uma vez que o Iraque respondia por metade das importações brasileiras. O relacionamento especial do país com o Iraque possibilitou a continuidade do fornecimento sem racionamento, apesar do declínio das nossas reservas internas.

Se no campo comercial os resultados das investidas no Oriente Médio não foram satisfatórios, apresentando somente um pequeno incremento nas exportações do país ao mundo árabe, no campo da diplomacia o estreitamento do laço com os países árabes, africanos e a China Comunista foi certamente bem-sucedido. A diplomacia universalista instaurada no governo de Geisel, apesar de tardia e estabelecida como

resposta imediata aos acontecimentos internacionais, foi positiva ao ampliar o leque das relações internacionais brasileiras.

A mudança na política externa brasileira ocorrida no período, a partir do Pragmatismo Ecumênico e Responsável, pode ser encarada como revisionista, porém não revolucionária, seguindo diversas linhas de política externa estabelecidas desde a Diplomacia do Desenvolvimento Nacional de Vargas e afirmadas pelos governos militares antecedentes. No período militar, podemos distinguir o governo de Castelo Branco como hemisférico e os demais como essencialmente globais, apesar de todos seguirem a linha desenvolvimentista que conduz a política externa brasileira desde o governo de Vargas.

Castelo Branco, cuja política se mostra mais alinhada aos Estados Unidos, respondia afirmativamente aos interesses da potência hegemônica ao adotar posturas relativas à defesa coletiva do continente sobre a soberania e buscando dividir os custos da liderança, promovendo uma “sub liderança” brasileira ao sul do continente. Ao contrário do período 1964-67, no entanto, no Governo Costa e Silva (1967-69) a política externa brasileira começa progressivamente a ser delineada a partir da visão norte-sul do sistema internacional: o conflito passa de leste-oeste, de capitalismo *versus* comunismo, para um conflito entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A “Diplomacia da Prosperidade” adotada por Costa e Silva passa a ser terceiro-mundista e a adotar uma atitude menos alinhada aos interesses dos Estados Unidos, buscando maior autonomia. O mesmo segue no governo do General Médici (1970-1974), quando uma relação pendular de novas tensões e entendimentos em algumas áreas é marcada pelo plano de fundo interno do Milagre Econômico, que trouxe consigo a concepção de Brasil Potência para as relações internacionais e inaugurando a “Diplomacia do Interesse Nacional”.

O país passa a adotar uma postura autônoma, não querendo pertencer ao grupo do Terceiro Mundo e negando sua existência: nas palavras do Embaixador Araújo Castro, citado por Martins (1975, pg. 79), “O Brasil deseja cooperar com todos os países do hemisfério, mas não deseja ser confundido com nenhum deles”. Ao lutar contra a estratificação do poder, o projeto de Brasil Potência não busca alterar a ordem

mundial, e sim a posição relativa que o Brasil nela ocupa, primando essencialmente pelo bilateralismo na atividade internacional.

A seguir, finalmente, o Pragmatismo Ecumênico e Responsável de Geisel, seguido por Figueiredo, estabeleceu uma linha de política externa mais livre de ideologias, universal e multivetorial, porém, seguindo diversos aspectos dos governos anteriores. As mudanças estruturais de multilateralização do sistema internacional na década de 1970 gerou a possibilidade de maior atuação brasileira, que pode se dar com maior independência, flexibilidade e margem de manobra.

As inovações do pragmatismo de Geisel encontram-se, principalmente, no tratamento dos vínculos com os principais relacionamentos externos do país. Ocorrem transformações importantes em diversas áreas relevantes da política externa brasileira, com novos posicionamentos e elementos: com Argentina, Israel e Portugal, as medidas tomadas nos anos pragmatismo foram deveras diferentes daquelas estabelecidas no histórico da diplomacia brasileira. Adotaram-se novas posturas na Organização dos Estados Americanos e na Organização das Nações Unidas, com redefinições do comportamento brasileiro em todo o ambiente internacional (SPEKTOR, 2004).

Em Geisel, o Brasil aderiu postura terceiro-mundista, mas não confrontacionista, enfatizando os princípios enraizados de pacifismo, não intervencionismo, autodeterminação e defesa coletiva. Rejeitou o Tratado de Não Proliferação Nuclear, apoiou a descolonização afro-asiática e a reforma da Carta da ONU e aproximou-se do Oriente Médio, conforme já explicitado anteriormente. O projeto de potência emergente brasileira se apoiava, deste modo, no *soft power*: na capacidade de angariar apoios nas iniciativas promovidas e manipular o sistema internacional a seu favor. Para isto, a diversificação de mercados e parcerias se mostrava imprescindível.

Pode-se perceber a partir de tais ponderações que a diplomacia presente no governo Geisel foi fortemente induzida por mudanças na estrutura externa das relações internacionais, assim como o importante evento do choque do petróleo, e por mudanças na estrutura econômica interna evidenciadas nos governos militares. Tendo como antecedentes os governos militares antecessores e seguindo a linha Estado-desenvolvimentista promovida por Vargas e Juscelino Kubitschek, o Pragmatismo tem ainda uma importante base na Política Externa Independente (PEI) de 1961 a 1964,

elaboradas por Jânio Quadros e San Tiago Dantas, além de Araújo Castro em seguida. Esta tinha como princípios também a ampliação do mercado externo; a formulação autônoma de planos de desenvolvimento econômico e a industrialização; a paz e o desarmamento; a não intervenção, autodeterminação e o respeito ao Direito Internacional; e a emancipação de territórios não autônomos.

Com a PEI, que seria implementada por Goulart, as relações internacionais do Brasil sofreram uma alteração importante, mudando os rumos que até então estavam sendo tomados e criando as bases para as políticas externas dos governos militares, em especial o governo de Geisel. Apesar de seguir os planos desenvolvimentistas e nacionalistas de Vargas e Kubitscheck, a PEI se baseava em um contexto de maior autonomia esboçando as diretrizes terceiro-mundistas e apoiando-se principalmente na África, onde buscava novos mercados para concretizar seus interesses econômicos.

Se analisarmos o Pragmatismo de Geisel à luz das três imagens, Sistema Internacional, Estado e Indivíduo, conforme sugerido por Nye (2002), perceber-se-á que as origens da diplomacia da diversificação consistem em (i) no plano do sistema internacional, na maior multipolaridade e possibilidade de ação autônoma dos Estados, que passam a usufruir de maior margem de manobra; (ii) no plano interno, no crescimento econômico evidenciado pelo “milagre” e nos projetos de Brasil Potencia; (iii) nos perfis realistas de Geisel e seu chanceler, Azeredo da Silveira, que ditaram os rumos da política externa. O Choque do Petróleo se configura, nesta situação, como um estopim, levando o Brasil à imediata busca de parcerias no Oriente Médio, principalmente, a fim de promover seu desenvolvimento nacional.

Em suma, a busca de maior autonomia do Pragmatismo Ecumênico Responsável coincide com o auge do modelo brasileiro de diversificação de parcerias. O Primeiro Choque do Petróleo teve um grande papel no estabelecimento e concretização dessa política, tanto pelo estabelecimento da necessidade brasileira no estabelecimento de novas parcerias quanto na flexibilização do sistema internacional, determinando novas fontes e polos de poder antes secundários. Deste modo, influenciou os rumos da diplomacia brasileira com diretrizes que são seguidas até hoje, em menor e maior grau, pelo Itamaraty, como será abordado nos próximos capítulos.

### 3.2 Respostas Internas: Matrizes Energéticas Alternativas

O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), que se desenrolou na presidência de Geisel, somava um pacote de investimentos que visavam estimular a indústria brasileira, priorizando setores de insumos básicos, infraestrutura e bens de capital. Tal política promovia a substituição de importações, objetivo este que se via presente na economia brasileira desde Vargas e tinha o Estado como principal agente produtivo.

No governo de Geisel a política de substituição de importações assumiu ainda um papel de busca por diversificação de matrizes energéticas para acompanhar o ritmo do desenvolvimento proposto pelo Plano e assegurar fontes alternativas de energia quando o choque do petróleo demonstrou a dependência brasileira de petróleo importado. A questão energética passou a ser encarada, após 1973, como uma questão de segurança nacional, e o próprio Projeto do II PND grifa a importância de uma “política unificada e bem definida de energia”:

**A Política de Energia**, num país que importa mais de dois terços do petróleo consumido (respondendo este por 48% da energia utilizada) passa a ser peça decisiva da estratégia nacional.

O Brasil deve, no longo prazo, atender internamente ao essencial de suas necessidades de energia.

Na etapa dos próximos cinco anos, o País realizará um grande esforço de reduzir a sua dependência em relação a fontes externas de energia. (BRASIL, 1974, pg. 09 apud ESPÓSITO NETO, 2012, p. 53)

Além disso, conforme rememora Lampreia, citado por Espósito Neto (2012, p. 54), Ernesto Geisel, recém-saído da presidência da Petrobrás a fim de assumir a Presidência do Brasil, era uma das pessoas mais conscientes da fragilidade do Brasil e da gravidade da crise. Sendo assim, o estímulo à geração de energia hidráulica, a partir da construção de novas usinas hidrelétricas, e à energia nucleoeletrica, demonstrada pela encomenda de uma usina nuclear à empresa Westinghouse, são exemplos deste objetivo maior de geração de energia interna e independente. Além disso, destaca-se o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) e os investimentos na área tecnológica.

As respostas internas dadas à crise do petróleo só foram possíveis graças à captação de empréstimos internacionais, ou seja, a falta de recursos internos e de



poupança doméstica tornava imprescindível o financiamento externo. Deste modo, optou-se pelo crescimento pelo endividamento, que agravaria a crise da dívida externa brasileira escancarada na década seguinte.

O crédito fácil no sistema internacional se mostrou deveras conveniente para os objetivos brasileiros de financiamento. O período foi marcado por uma grande liquidez internacional proporcionada pela reciclagem dos petrodólares: moeda absorvida pelos países da OPEP com o aumento brusco dos preços do petróleo. Tal financiamento em petrodólares era favorável devido a seus juros baixos e longo prazo de amortização; ainda, a nova competição às instituições de crédito norte-americanas disponibilizava fundos abundantes para financiar o desenvolvimento de países emergentes.

A partir de tais considerações iniciais, poder-se-á analisar as respostas em política interna dadas pelo Governo brasileiro à crise do petróleo: a busca de novas matrizes energéticas a fim de promover o crescimento nacional em um contexto de restrição na importação de petróleo.

### **3.2.1 O Proálcool**

As mudanças em política interna a fim de fazer frente aos desafios do abastecimento de petróleo da década de 1970 podem ser constatados no empenho brasileiro em estruturar fontes de energia alternativa, como é o caso do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), o maior esforço em âmbito mundial para substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis renováveis. Com a crise de 1973, houve uma corrida em busca de fontes de energia alternativa em todo o mundo, todavia somente no Brasil é que foi lançado um programa maciço de biocombustíveis.

Em uma visão geral, o Proálcool foi lançado em 1975 e demonstrou um início bem-sucedido, atingindo seu ápice de crescimento nos anos subsequentes. A sua validade, porém, começa a ser questionada a partir da década seguinte, com a queda dos preços do petróleo em 1981, contudo mais importante e especificamente com a ascensão dos preços do açúcar em 1988/89. Ainda, a crise econômica pela qual o país passava na década de 80 contribuiu para o fim dos subsídios ao Programa em 1985, que passou a ser visto como inflacionário, e deste modo o único incentivo

remanescente era a obrigatoriedade de adição do produto à gasolina. O Proálcool desaparece em 1990, somente para ser retomado após a década de 2000, quando condições específicas trarão de volta o interesse pela substituição da gasolina pelo combustível renovável – como será destacado no capítulo 4.

Remonta à década de 20 do século passado o início da utilização do etanol como combustível no Brasil. O país já contava com diversas vantagens que o possibilitariam de assumir uma postura a favor do biocombustível em questão, como o solo e o clima para cultivar a cana-de-açúcar, matéria prima mais adequada para este fim. Porém, somente com o encaminhamento do Proálcool na década de 1970 o país adquiriu alta tecnologia para a produção eficiente de etanol. (MEDEIROS, 2009, p. 09)

O lançamento do Proálcool se deu a partir da conjunção de dois fatores simultâneos no período: a alta dos preços de petróleo gerada pela crise e uma baixa geral dos preços do açúcar no mercado internacional, sem perspectivas de retomada. Tornando a situação mais delicada, um pico sem precedentes no preço do açúcar em 1973, dois anos antes da queda, incentivou enormes investimentos no setor, e o Instituto do Açúcar e do Alcool contava com muitos recursos financeiros.

Desde a Grande Depressão dos anos 30, o setor açucareiro tinha a prática de transformar os excedentes da sua produção em álcool anidro, para misturá-lo à gasolina – técnica factível até o limite de aproximadamente 22%. Deste modo, a saída lógica para o problema da queda dos preços do açúcar de 1975 era associá-la ao problema de restrição nas importações de petróleo, atendendo aos interesses de dois proeminentes setores da economia brasileira e mantendo o “Modelo Brasileiro” do início dos anos 70, que destacava um país que “queimava etapas” do desenvolvimento e se apresentava como recém-industrializado ou potência emergente, tendo o automóvel um papel de destaque na promoção brasileira (NITSCH, 1991, p. 124).

A segunda crise do petróleo de 1979 coincidiu com uma nova queda dos preços do açúcar após 1980, e outro fator deu um novo impulso ao Proálcool: um importante avanço tecnológico tornou possível o carro movido totalmente a álcool, utilizando etanol hidratado com teor alcoólico de 94%. A fim de motivar as relutantes montadoras multinacionais a aderirem ao novo método de produção de carros movidos a álcool, o Centro Técnico Aeroespacial da Força Aérea Brasileira proveu a principal contribuição

tecnológica, e o governo prometeu fornecer o combustível e manter os preços competitivos perante a gasolina.

Os investimentos brasileiros neste setor foram possíveis devido à abundante liquidez internacional do período da crise do petróleo. Não obstante, além disso, em 1981, com o pico mais alto dos preços do petróleo, o Banco Mundial concedeu um empréstimo ao Brasil de US\$ 250 milhões, a pedido das autoridades brasileiras. Neste período, o Banco Mundial sofria pressões no sentido de envolver-se com energia, em especial energia renovável, o que tornou a solicitação brasileira de empréstimo muito bem-vinda. Porém, as contradições existem no sentido de que as necessidades atendidas pelo Proálcool, cujo produto servia fundamental e quase exclusivamente para carros específicos de passeio, não eram necessariamente necessidades básicas da população. As acusações posteriores inferem que o Brasil teria sido tratado como uma “cobaia” do Banco Mundial, cujas autoridades se viam interessadas em coletar informações sobre o único programa mundial de biocombustíveis. No Brasil, o empréstimo do Banco Mundial foi encarado como um atestado de viabilidade do Programa, no entanto um estudo confidencial do Banco Mundial taxava o mesmo como “economicamente inviável”. (NITSCH, 1991)

O estudo de Nitsch (1991) sobre a viabilidade econômica do uso de biocombustíveis na época é bastante cético. Segundo seus estudos, em conjunto com um grupo de economistas, cientistas políticos e sociólogos do Instituto de Estudos Latino Americanos da Universidade Livre de Berlim, a produção de etanol era economicamente inviável tanto no sentido dos preços, em que a produção de açúcar é certamente mais lucrativa, quanto na área da agricultura, ao fortalecer a concentração fundiária e promover salários baixos e enfraquecimento de sindicatos (devido às ameaças de mecanização da produção).

Na área industrial, o Próalcool promoveu efeitos positivos no desenvolvimento nacional ao impulsionar uma indústria de capital eficiente e competitiva no campo das destilarias e equipamentos relacionados. Porém, a não disseminação do setor de etanol, tanto no Brasil como em outros países, inibe as exportações de produtos sofisticados dessa indústria especializada. Já os efeitos do Próalcool nos transportes se mostraram na proliferação de carros particulares: diferentemente dos demais países, o

Brasil escolheu subsidiar o automóvel individual às custas de outras necessidades básicas como o transporte público, produção de alimentos, saúde, entre outros.

Em suma, o estudo de Nitsch e seu grupo na década de 1990 atestou que não só a produção de etanol era economicamente inviável como “a falta de viabilidade econômica do Proálcool não é contrabalançada por uma série de efeitos positivos sobre o desenvolvimento”.

A forte queda dos preços do petróleo em 1981 foi acompanhada de uma também queda nos preços do açúcar, o que, somados às crises financeira e de liquidez brasileira, mantiveram a crença de que o etanol era uma alternativa viável. Somente em 1989, com a crise fiscal brasileira, o aumento da produção nacional de petróleo e a ascensão dos preços do açúcar, o Proálcool passou por uma fase de desaceleração nos incentivos. Os preços lucrativos do açúcar induziam a exportação, tornando o abastecimento do mercado interno com etanol uma alternativa menos desejosa.

As crises de abastecimento de etanol nos postos e os preços mais baixos de petróleo levaram a uma descrença do Proálcool por parte dos consumidores e das montadoras de automóveis. Assim, durante a década de 1990 o Proálcool desapareceu da cena política e econômica brasileira, somente sendo retomado a partir de 2000, com uma nova alta dos preços internacionais de petróleo e uma diferente proposta de inserção internacional brasileira no período.

### **3.2.2 O Programa Nuclear Brasileiro**

O anseio pela diversificação de parcerias para garantir as importações de petróleo gerado pela crise foi acompanhado, também, por busca de investimentos para aquisição de outra opção de energia: a nucleoeletrônica. Da mesma forma que o Proálcool, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975 visava obtenção de formas de energia alternativas aos combustíveis fósseis, se configurando como mais uma resposta interna à restrição internacional do petróleo.

A escolha da parceria com a República Federal da Alemanha exemplifica as diretrizes de política externa independente, a partir do conceito de “opção europeia” (SARAIVA, apud SOUZA, 2008, p. 215). A reorientação brasileira para outros países

capitalistas avançados, como os da Europa Ocidental e o Japão, marcava o projeto de Brasil Potência da política externa dos militares ao perseguir uma atuação soberana e autônoma brasileira com o afastamento da esfera norte-americana.

Às tensões com os Estados Unidos foi somada, deste modo, as ambições brasileiras de se tornar detentor de tecnologia nuclear de forma autônoma, sem a interferência norte-americana que limitava as pretensões do país emergente. Importante ainda é a recusa brasileira pelos militares em assinar o TNP (Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares), firmado em 1968 e que entrou em vigor em 1970. A perseguição pela autonomia nuclear brasileira exemplificou o maior grau de divergência entre Brasília e Washington.

A conquista de autonomia internacional frente aos Estados Unidos através do direcionamento para novos canais de relacionamento comercial enquadrava-se na estratégia de desenvolvimento econômico deflagrada pelo governo Geisel para a manutenção do estágio anterior de crescimento. Tornou-se, de certa forma, natural a busca de oportunidades na Europa Ocidental, de maneira a compensar as constantes limitações e entraves que a condição de aliado especial nunca garantiu de forma plena. O Brasil criou bases concretas para inserção global, firmando alicerces de uma nova postura no concerto político internacional: com a Alemanha Federal, em lugar de relevo, com o Reino Unido, principalmente na área econômico-financeira e o mesmo acontecendo com a França e em menor grau com a Itália, além de estreitar relações econômico-comerciais com o Japão no continente asiático. (SOUZA, 2008, p. 222)

Assinado em Bonn em 27 de junho de 1975, o Acordo entre Brasil e Alemanha sobre cooperação no campo dos usos pacíficos de energia nuclear previa a transferência integral da tecnologia atômica com a empresa alemã Kraftwerk Union, dotando o Brasil de capacidades e autonomia em todo o ciclo de tecnologia nuclear, como o enriquecimento de urânio e o reprocessamento do combustível. Esse ponto, somado ao fato de que o Brasil não era signatário do TNP, gerou grande discórdia com Washington, que se posicionou abertamente contra; o governo norte-americano via, ainda, suas empresas de artefatos nucleares perderem o quase monopólio internacional com a entrada de novos concorrentes e o fortalecimento da indústria nuclear alemã. Assim, passou a tentar inserir rígidos controles de transferência de tecnologia nuclear para o Brasil.

Com a encomenda de Angra I à empresa norte-americana Westinghouse, em 1971, o Brasil já havia adquirido tecnologia nuclear, porém de forma restringida, sem

transferência plena e subordinada à importação de urânio enriquecido dos Estados Unidos. Ao governo brasileiro já estava garantida a geração de energia elétrica a partir de uma empresa nuclear, todavia sem a garantia de autonomia nuclear; interessava também a posse definitiva da tecnologia nuclear e a transferência de todo o ciclo atômico. Ainda, a detenção de tecnologia nuclear visava reforçar a imagem de Brasil Potência no exterior, igualando-se aos países desenvolvidos em condições tecnológicas e de poder.

Deste modo, a convergência de interesses do Brasil e da Alemanha se deu devido à necessidade alemã de garantir acesso às reservas de urânio brasileiras, a fim de diversificar suas fontes de combustível em um contexto em que os Estados Unidos se configuravam como principal fornecedor. Além disso, à Alemanha interessava o valor da venda de equipamentos e serviços na área nuclear e o maior acesso ao mercado latino-americano.

Um memorando de entendimento com os Estados Unidos foi assinado em 1976 por Azeredo da Silveira e Kissinger, um ano após a assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha Federal, a fim de atenuar as divergências e estabelecer novos vínculos entre os dois países. No entanto, apesar de revelar o reconhecimento do novo papel brasileiro no plano internacional e o um novo nível de discussão, o memorando não evitou a deterioração das relações com os Estados Unidos. No Governo de Carter (1977-81) o Brasil interrompeu o Acordo Militar EUA-Brasil devido à exigência dos norte-americanos na entrega de relatórios de Direitos Humanos pelo Brasil, exigência esta que foi interpretada pelos militares como interferência em assuntos internos brasileiros e uma afronta à soberania nacional. “Dessa maneira, as divergências sobre a autonomia nuclear brasileira, tão censuradas pelo governo Carter, acompanharem outros aspectos de tensão entre os dois governos que reuniram diversos motivos” (GÓES, 1978, p. 172 apud SOUZA, 2008, p. 226).

A conclusão apresentada por Fabiano Farias de Souza interpreta o Acordo como uma fusão dos interesses de afirmação nacional e liderança do Brasil e da Alemanha em suas respectivas regiões, compatibilizando interesses econômicos, tecnológicos e políticos de autonomia e objetivando atenuar a dependência da esfera norte-americana. Porém, “as expectativas brasileiras não tinham bases na realidade e não foram

consideradas as fragilidades e as limitações do país que, por um momento, diversificou não somente as parcerias, mas também sua dependência, embora configurasse na interpretação internacional e nacional como uma potência emergente” (SOUTO MAIOR, 2000, pg. 358 apud SOUZA, 2008, p. 228).

### 3.2.3 Itaipu e a Era das Hidrelétricas

A construção de Itaipu se insere tanto nas questões econômicas internas nacionais, como a necessidade de energia que sustentasse o crescimento, como nas dinâmicas geopolíticas regionais que passaram a se configurar conflituosas a partir da década de 1960.

O novo chanceler brasileiro do governo de Geisel, Azeredo da Silveira, como ex-embaixador de Buenos Aires chamou a atenção de Geisel quando este ainda presidente da Petrobrás, devido à sua postura forte na condução das relações exteriores. No período, a partir de meados dos anos 1960, as relações com a Argentina passaram por fase de grande tensão, e no centro desta disputa estava o controle das águas internacionais do Rio Paraná e os planos bilaterais entre Brasil e Paraguai para a construção da hidrelétrica de Itaipu.

Azeredo da Silveira postava-se politicamente contra as diretrizes tradicionais de política externa regional do Itamaraty, cujo realismo defensivo buscava acomodar os interesses brasileiros às demandas argentinas, tratando o país a partir de uma cordialidade oficial e buscando agregá-lo de forma destacada às dinâmicas sul-americanas. Pelo contrário, Silveira acreditava que uma nova estrutura de poder se configurava na América do Sul, em que a Argentina não mais teria capacidades de mobilização diplomática dos demais países contra o Brasil.

Neste novo arranjo regional, para Silveira, o Brasil contaria com um poder maior, calcado no *soft power* – o poder seria um atributo social, ou a capacidade de influenciar outros, sustentado pelo peso econômico do Brasil, que no período se encontrava em crescente expansão. Dada esta condição, os tratados que não mais convinham ao interesse nacional deveriam ser abandonados, como a Declaração de Montevideu de 1933 que regulava as águas internacionais da Bacia do Prata.

A partir destes princípios realistas, o chanceler passou a aumentar o poder na região através de acordos que favoreciam os vizinhos como La Paz, Assunção e Montevideú, visando assim deslocar o eixo de influência na região, manobra que foi claramente percebida pela Argentina e gerou diversas crises entre os dois países.

Dentro da estratégia de aproximação se configurava ainda um problema geopolítico com o Paraguai, resquício da Guerra da Tríplice Aliança contra o vizinho de 1865 a 1870. Logo após o fim do conflito, um protocolo foi firmado a fim de resolver os problemas fronteiriços urgentes, típico de fim de guerras; porém, a este documento faltava precisão geográfica, o que resultou na posse brasileira da ilha de Itaipu, que havia sido propriedade paraguaia desde 1865.

Somando a nova linha atuação brasileira na região às necessidades energéticas de desenvolvimento brasileiro e à necessidade de apaziguar o Paraguai em relação à citada fronteira, foi estabelecida Comissão Técnica Mista entre Brasil e Paraguai no governo ainda de Castelo Branco, a partir da assinatura da Ata de Iguaçu de 1966, objetivando estudar a possibilidade de exploração e acordos energéticos entre os dois países na Bacia do Prata. O resultado de tais avaliações apresenta-se com a assinatura do Tratado de Itaipu pelos Presidentes Médici e Stroessner em 1973, que criaria a Usina Binacional de Itaipu na região disputada do Salto das Sete Quedas.

Para o Brasil, resultou daí vantagens geopolíticas, diplomáticas e econômicas, aproximando-se assim do Paraguai e garantindo conforto energético para o futuro desenvolvimento brasileiro. Porém, a medida gerou ressentimento na Argentina, que acreditava que a criação da Usina desempenharia papel de aumento da esfera de influência brasileira nos vizinhos menores – o Tratado limitaria a soberania paraguaia ao fornecer empréstimos ao país e gerando uma dívida externa para com o Brasil.

Assim, a crise entre Brasil e Argentina teve grande base no projeto de Itaipu, cuja construção a Argentina passou a tentar impedir mobilizando-se em diversas instâncias, como a Assembleia Geral das Nações Unidas. As tensões só seriam resolvidas a partir do Acordo Multilateral Corpus-Itaipu, de 1979, tratado tripartite de aproveitamento do Rio Paraná.

A Usina de Itaipu foi inaugurada em 1984, como é apresentado no site oficial do megaempreendimento:



A Itaipu Binacional é um marco para o setor elétrico dos dois países. Antes, os paraguaios dispunham de apenas uma hidrelétrica de pequeno porte, Icaray. Os brasileiros consolidam a opção pela energia produzida por meio do aproveitamento da força dos rios. A usina praticamente dobra a capacidade do Brasil de gerar energia. A potência instalada, que era de 16,7 mil megawatts, passa a contar mais 14 mil megawatts. O empreendimento é o terceiro ao longo do Rio Paraná em território brasileiro, e o primeiro em águas paraguaias. [...] O sonho transforma-se em energia. O primeiro giro mecânico de uma turbina ocorre em 17 de dezembro de 1983. E, finalmente, a Itaipu Binacional começa a produzir energia em 5 de maio de 1984, quando entra em operação a primeira das 20 unidades geradoras do projeto. Dezoito unidades geradoras foram instaladas no espaço de sete anos. (ITAIPU, 2014)

Ao governo brasileiro coube o papel de obtenção de recursos para a obra, cujo financiamento se deu com capital estrangeiro. A venda de energia começa, então, em primeiro de março de 1985. Como ficou estabelecido no Tratado, cada sócio teria direito a 50% de toda a energia produzida; porém, como o Paraguai utiliza somente 5% de toda a produção hidroelétrica, a quantidade restante é repassada ao Brasil, que compra do Paraguai a energia. A questão dos preços a serem pagos ainda é alvo de debates nos meios diplomáticos.

Desta forma, a construção de Itaipu inaugura a era das grandes construções hidrelétricas no Brasil, que coincide justamente com o período da ditadura e os planos de Brasil Potência dos militares. As usinas de Tucuruí, Balbina e Samuel, situadas na Bacia Amazônica, são outros exemplos da busca pelo aproveitamento da abundância de grandes rios com potencial hidrelétrico.

Percebe-se que o apoio a tais empreendimentos possuía, ainda, caráter ufanista e de intensificação do prestígio do Brasil no exterior, e a falta de discussão sobre a qual foram construídas gerou, posteriormente, debates a respeito dos problemas sócio-ambientais gerados pela falta de estudo e transparência das construções.

### **3.2.4 As Novas Prospecções da Petrobrás**

A busca por novas reservas de petróleo intensifica-se no período militar, tendo a Petrobrás o monopólio da exploração e inserindo-se assim na segunda etapa da história da exploração do petróleo brasileiro apresentada por Lucchesi (1998).

A Petrobras foi criada, após longa campanha popular, para servir de base à indústria do petróleo no Brasil e para exercer, em nome da União, o monopólio de exploração, produção, refino, transporte e comercialização do petróleo e seus derivados. Fazia parte de um ciclo histórico no qual se tentou montar as bases industriais brasileiras por meio da criação de estatais nas áreas de siderurgia, metalurgia e petróleo. A empresa tinha como missão suprir o mercado interno com petróleo e seus derivados, fosse pela produção nacional, fosse pela importação. (LUCCHESI, 1998, pg. 21)

Criada por lei em 1953 e instalada em 1954, a Petrobrás exerceu o monopólio da exploração de petróleo no Brasil até 1997, conforme abordado anteriormente. Neste período de exploração, que vai portanto de 1953 a 1997, pode-se elencar diversas descobertas de petróleo em território nacional e perceber o aperfeiçoamento das atividades da Petrobrás, primeiramente em terra e em seguida direcionando-se para o mar.

A primeira fase do período de monopólio da Petrobrás se estende de 1954 até 1968, e é marcada essencialmente pelas explorações terrestres e um direcionamento, por fim, para as bacias cretáceas costeiras. Até 1961, com a instalação da Petrobrás e sua sede no Rio de Janeiro, percebe-se a presença maciça de técnicos estrangeiros e envio de brasileiros para estudos no exterior. Revisam-se as bacias já conhecidas, porém o aumento da produção não é acompanhado proporcionalmente pelo aumento das reservas. As explorações concentram-se no Recôncavo Baiano e na Amazônia, tendo esta última frustrado as expectativas devido aos resultados negativos.

O aumento da presença dos técnicos e geólogos brasileiros, já formados pelas universidades nacionais, é percebido na segunda metade desta fase, de 1961 a 1968. As explorações prevalecem ainda no Recôncavo Baiano e, em 1963, é descoberto um gigante em Sergipe-Alagoas: o campo de Carmópolis, maior campo terrestre brasileiro, contrariando o Relatório Link de 1961 que atestava a inexistência de petróleo nas grandes bacias sedimentares brasileiras.

A partir de 1967, a exploração direciona-se para as bacias cretáceas costeiras:

No final de 1967, com a ideia já amadurecida de explorar a plataforma continental, foi realizado extenso levantamento gravimétrico marítimo entre Cabo Frio e Recife. Entre 1967 e 1968 realizou-se o reconhecimento de várias bacias da plataforma continental com sísmica de reflexão de cobertura múltipla e registro digital.

Em 1968 duas equipes sísmicas terrestres da Petrobras foram implantadas e criado e instalado o primeiro Centro de Processamento de Dados Sísmicos da

empresa. Decorrentes dos levantamentos sísmicos anteriores, as primeiras sondas marítimas (jack-ups) foram contratadas e perfurados os dois primeiros poços no mar – no Espírito Santo e em Sergipe. (LUCCHESI, 1998, p. 23)

A partir desta nova concentração de esforços, são descobertos os dois primeiros poços marítimos brasileiros; no segundo deles, em Sergipe, foi descoberto Guaricema, o primeiro campo de petróleo na plataforma continental brasileira. Com efeito, as esperanças de autossuficiência brasileira em petróleo são deslocadas para o mar.

Em suma, nesta primeira fase são conhecidas praticamente todas as bacias terrestres brasileiras, perfurados 1.120 poços em terra e dois no mar, finalizando o ano de 1968 com uma produção brasileira de petróleo superior a 160 mil barris/dia. Continua-se a dependência de petróleo agravado pelo crescente consumo.

Na segunda fase do período monopolístico, que vai de 1969 a 1974, destaca-se inicialmente as primeiras descobertas terrestres na Bacia do Espírito Santo, em 1969, com o Campo de São Mateus. Porém, os resultados modestos na plataforma continental e a diminuição de reservas levam a Petrobrás a criar a Braspetro, em 1972, a fim de buscar o petróleo não encontrado internamente no exterior; além disso, amplia-se o investimento para o *down-stream* (refino, transporte e petroquímica).

As expectativas de produção interna voltam a ser favoráveis justamente a partir de 1973, quando a crise do petróleo escancara a dependência externa:

Com o primeiro choque do petróleo em 1973 e a descoberta do Campo de Ubarana na porção marítima da Bacia Potiguar, os investimentos no mar se elevaram novamente, e, no final de 1974, finalmente a primeira descoberta importante aconteceu: o Campo de Garoupa na Bacia de Campos. A descoberta marcou o início de um novo ciclo no Brasil, renovando as esperanças sempre frustradas de autossuficiência. Foram perfurados, nesta fase, 316 poços exploratórios em terra e 165 na plataforma continental. [...] Foram descobertas 30 acumulações de óleo e gás, 20 em terra e 10 no mar, das quais as mais importantes foram, em terra, São Mateus e fazenda Cedro, no Espírito Santo, e Remanso, no Recôncavo; no mar, Ubarana na bacia Potiguar e, destacadamente, Garoupa na bacia de Campos. No final de 1974, [...] a produção de óleo estava em 182 mil barris por dia. (LUCCHESI, 1998, p. 27)

Nesta fase ainda destaca-se a criação do primeiro braço internacional da Petrobrás.

A terceira fase (1975-1984) inicia-se com a nova esperança da Bacia de Campos e o declínio das bacias terrestres. A pressão na balança comercial das importações de

petróleo a preços elevados cria a necessidade urgente de produção interna, o que direciona a criação de contratos de risco: foi criada a Paulipetro, estatal do governo de São Paulo para exploração de petróleo.

Além disso, o segundo choque do petróleo torna viável a exploração em águas mais profundas, favorecendo grandes investimentos e novas tecnologias de exploração que geraram importantes descobertas. Dentre estas descobertas, destacam-se Albacora e, principalmente, o Campo de Namorado na Bacia de Campos, primeiro gigante da plataforma continental brasileira.

Nas palavras de Lucchesi, “assinados os primeiros contratos de risco em 1976, as empresas estrangeiras Shell, Exxon, Texaco, BP, ELF, Total, Marathon, Conoco, Hispanoil, Pecten, Pennzoil, além de companhias brasileiras como a Paulipetro, Azevedo Travassos, Camargo Corrêa, entre outras, e mais a Petrobras, participaram do cenário exploratório”. Foram descobertas 148 acumulações de óleo e gás (98 em terra e 50 no mar) e ao final de 1984 atingiu-se a meta dos 500 mil barris por dia. (LUCCHESI, 1998, p. 29).

A quarta e última fase do período de monopólio da Petrobrás na exploração do petróleo brasileiro se estende de 1984 até a promulgação da nova lei do petróleo de 1997. Nesta fase, confirma-se o potencial da Bacia de Campos, e a nova tecnologia de levantamento de sísmica 3D permite novas descobertas, principalmente em águas profundas. Além disso, a nova Constituição de 1988 passou a não mais permitir contratos de risco, persistindo apenas os contratos pelos quais foram feitas descobertas consideradas comerciais.

Foram descobertas 211 acumulações de óleo e gás, 123 em terra e 88 no mar, com destaque para o campo de Roncador, na Bacia de Campos. Novamente segundo Lucchesi, no final de 1997 a produção diária era de 1.069.000 barris de óleo equivalente.

A Lei 9.478, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, muda a situação vigente desde a criação da Petrobrás em 1953. A partir desta, embora reafirmado o monopólio estatal do petróleo pela União na exploração, produção, refino e transporte de petróleo no Brasil, passa-se a permitir concessões ou autorizações da União a outras empresas, sob leis brasileiras e com sede no Brasil, para realização de

tais atividades. Deste modo, a Petrobrás perde o monopólio de exploração e refino do petróleo.

A partir da Nova Lei do Petróleo reduz-se a área explorada pela Petrobrás, que requereu para si as áreas exploratórias cujos investimentos já estavam em andamento: somam-se 133, menos de 12% do total de áreas sedimentares brasileiras. Entram novas empresas no setor, formalizadas por contratos de concessão para cada área/projeto; em um prazo de três anos serão devolvidas aquelas áreas em que não forem realizadas descobertas.

Além disso, a nova lei cria o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão de assessoria e consulta da Presidência que cria políticas para o setor, e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) que regula a indústria do petróleo e a participação privada, sendo responsável também pelos processos de licitação.

Com a descoberta do pré-sal, a Lei acima descrita foi modificada pela Lei 12.351 de 2010.

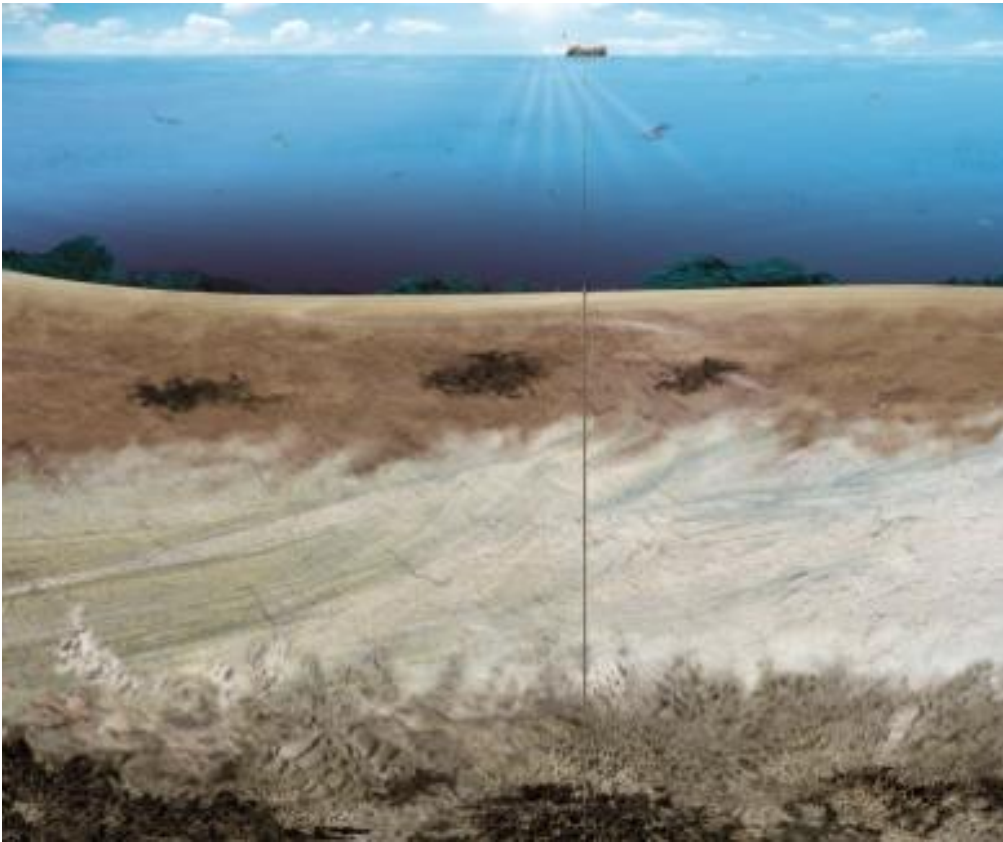
## 4. O PRÉ-SAL

A descoberta de acumulações de petróleo e gás em uma gigante província petrolífera, área denominada Pré-Sal, no final de 2006, indicou que não somente o sonho brasileiro de autossuficiência em petróleo seria possível, como a elevação do país à posição de exportador de petróleo poderia ser almejada. A produção de petróleo a sete mil metros de profundidade é resultado da trajetória de pesquisa e experiência da Petrobrás em águas profundas, resultando na elevação do Brasil a uma posição estratégica na geopolítica mundial do petróleo: os dados evidenciam que a região do Pré-Sal configura-se em uma das maiores províncias petrolíferas mundiais, a maior descoberta do mundo nos últimos dez anos.

### 4.1 Apresentação

A camada do Pré-Sal abrange uma faixa territorial afastada, aproximadamente, 170 milhas da costa brasileira e, como um todo, tem 149 mil quilômetros quadrados - três vezes o estado do Rio de Janeiro. O Pré-Sal refere-se a um conjunto de rochas que contém reservas de petróleo, localizadas em águas ultraprofundas de grande parte do litoral brasileiro, que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, que pode atingir espessuras de até 2.000m. É chamado *pré* pois ao longo do tempo as rochas foram depositadas antes da camada de sal; desde modo, a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, ou seja, a profundidade total em que são realizadas as prospecções, pode passar de sete mil metros.

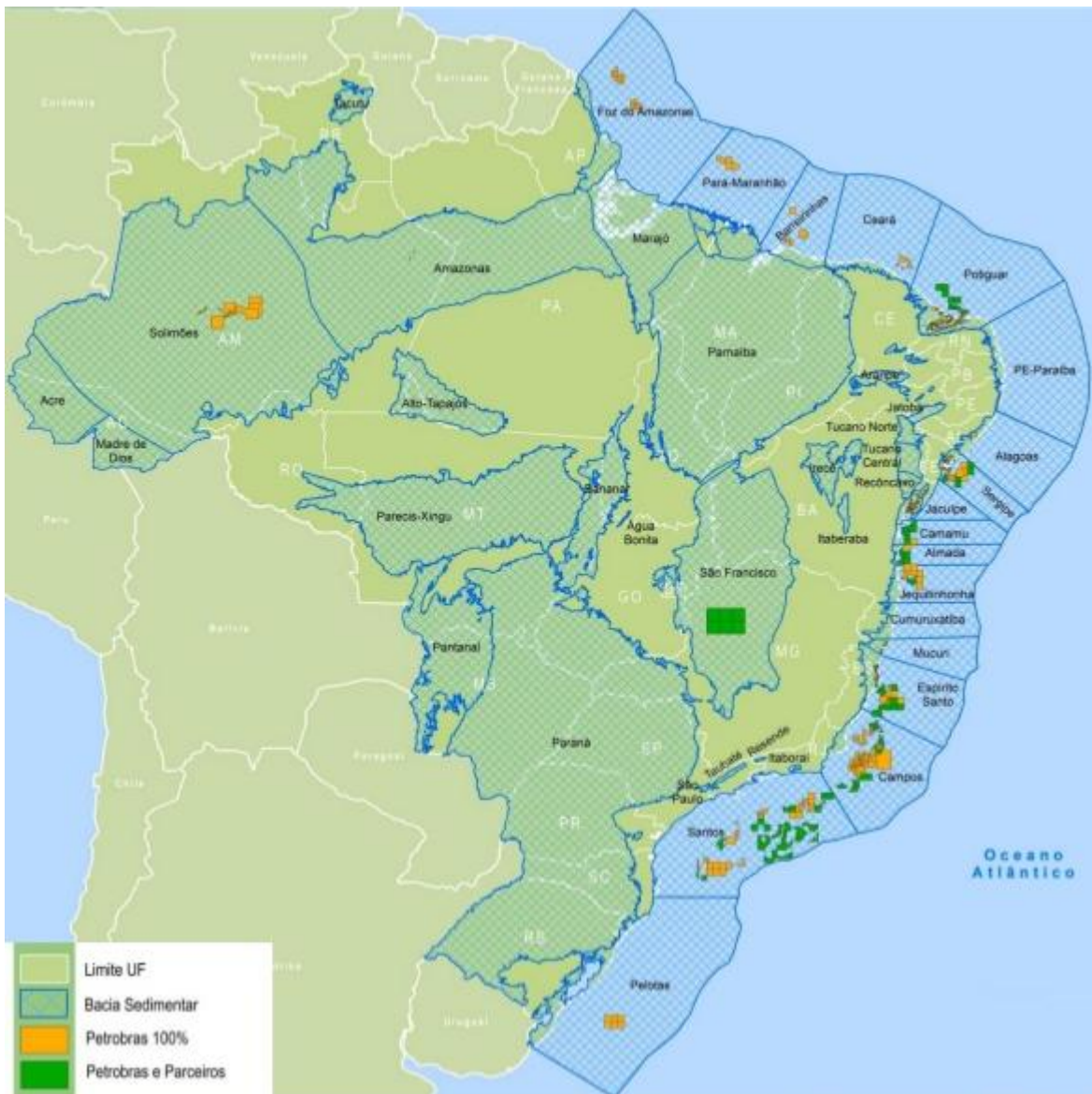
Figura 1 – Apresentação do Pré-Sal



FONTE: PETROBRÁS (2014)

Na área que se estende dos estados de Santa Catarina ao Espírito Santo é onde foram encontrados os maiores volumes de óleo leve, destacando-se as Bacias de Santos, mais ao sul, e logo acima a Bacia de Campos; as áreas de Libra, Franco e o Campo de Lula, cada qual com volumes superiores a oito bilhões de barris de óleo recuperáveis, são ímpares em questão de tamanho entre as descobertas mundiais recentes. Além destas, destacam-se as áreas de Tupi, Iara e Parque das Baleias (as primeiras descobertas), o Campo de Sapinhoá, e as áreas de Carcará, Peroba, Pau Brasil Florim, Júpiter, Carioca, entre outras. Para finalizar, destaca-se que o petróleo encontrado é considerado de alta qualidade e maior valor de mercado, por possuir densidade de 28,5° API, baixa acidez e baixo teor de enxofre - características provenientes do armazenamento fechado a altas temperaturas.

Figura 2 - Bacias Sedimentares Brasileiras



FONTE: PETROBRÁS (2014)

As perspectivas do Pré-Sal apontam que, em 2018, 52% da produção brasileira de petróleo virá desta área. No início de 2014, alcançou-se um novo recorde de produção diária no Pré-Sal, um montante de 407 mil barris de petróleo por dia (bpd), produzidos nas bacias de Santos e Campos, ambos operados pela Petrobrás. Sendo o comunicado oficial da empresa, esse novo recorde se apresenta expressivo não apenas pela grande quantidade, mas pela rapidez com que foi efetivado.



Essa produção foi alcançada oito anos após a primeira descoberta, ocorrida em 2006, tempo inferior ao que foi necessário para se chegar ao mesmo patamar em outras importantes áreas de produção marítima no mundo. Na porção americana do Golfo do México, por exemplo, foram necessários 19 anos, depois da primeira descoberta, para se alcançar a produção de 400 mil barris de petróleo por dia. Na Bacia de Campos, foram 16 anos. E no Mar do Norte, nove. Diferentemente dessas áreas, na camada pré-sal toda a produção de petróleo ocorre em águas profundas, o que torna o resultado obtido ainda mais expressivo. (PETROBRAS, 2014)

Essa marca de produção foi obtida com a contribuição de 21 poços produtores, dez localizado na Bacia de Santos, correspondendo a 59% desta produção, e onze na Bacia de Campos. Atualmente, a produção do pré-sal utiliza-se de dez diferentes plataformas - com perspectivas de entrada em operação de três novas ainda em 2014, e oito novas plataformas entre 2015 e 2016. Com a operacionalidade ampliada, espera-se que a produção da Petrobrás supere, em 2017, um milhão de barris de petróleo por dia.

Estes dados evidenciam o enorme potencial das reservas brasileiras de petróleo no Pré-Sal, e a elevada produtividade dos campos já descobertos. O Brasil mereceu destaque na edição de 2013 da *World Energy Outlook*, lançada pela Agência Internacional de Energia. Segundo a publicação, o Brasil passa a ser responsável por um terço do crescimento líquido mundial de petróleo, ocupando a posição de sexto maior produtor.

#### **4.2 O Novo Marco Regulatório e o Leilão do Campo de Libra**

A Lei do Petróleo de 1997 estabeleceu o regime de concessão da exploração do petróleo e cria a ANP, contemplando as condições vigentes na época e atraindo investimentos para a evolução do setor, criando assim o espaço para o desenvolvimento da indústria do petróleo no Brasil que posteriormente levaria à descoberta das gigantes reservas do Pré-Sal.

Em novembro de 2007, a partir das expectativas das novas descobertas, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) excluiu da 9ª Rodada de Licitações da ANP quarenta e um blocos situados nas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos;

outrossim, iniciou-se o debate a respeito da viabilidade de alteração no marco legal de exploração e produção de petróleo e gás natural, respeitando os contratos em vigor.

O novo cenário, totalmente diverso da década anterior, exigia um novo marco regulatório que viesse a resguardar o interesse nacional, devido à magnitude das reservas encontradas. Segundo o texto do Modelo Regulatório do Pré-Sal, “o modelo regulatório vigente [de 1997] não permite ao Governo promover uma gestão estratégica adequada das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, de grande relevância para muitos setores econômicos relacionados ao setor petrolífero”. (Ministério de Minas e Energia, 2014).

Deste modo, em 2009 são encaminhados ao Congresso Nacional quatro projetos de Lei, que em 2010 originaram a criação de três novas Leis relacionadas ao Pré-Sal. Tais leis e suas implicações são analisadas detalhadamente no texto de Bulhões (2013).

Em primeiro lugar, a Lei 12.276/2010 trata da cessão onerosa e capitalização da Petrobras. A cessão onerosa trata-se de uma modalidade contratual prevista no Pré-Sal, na qual a União cede onerosamente à Petrobrás, dispensando licitação, o exercício de atividades de pesquisa e exploração do petróleo nas áreas ainda não concedidas do Pré-Sal que contenham até cinco bilhões de barris de óleo equivalente. Em outras palavras, a Petrobrás pagará por esses direitos de exploração repassados pela União.

Assim, a capitalização da Petrobrás reuniu recursos para novos investimentos e uma majoração significativa da participação da União no capital da mesma. A Petrobrás passa a ser fortalecida e inserida em suas novas funções. (BULHÕES, 2013)

Em segundo lugar, a Lei 12.351/2010 estabelece o regime de partilha para a região do Pré-Sal, em lugar do regime de concessão estabelecido pela Lei de 1997. No regime de concessão, a propriedade pertence à empresa petrolífera, que paga participações especiais sobre a quantidade explorada ao governo. No novo regime de partilha, a União mantém-se proprietária do óleo produzido, que se divide em óleo custo e óleo lucro, ambos pertencentes ao Estado.

O óleo custo diz respeito ao montante de óleo necessário para viabilizar a produção, que é ressarcido pelo estado à empresa petrolífera. O óleo lucro, por sua vez, diz respeito ao equivalente em lucros pela exploração, que passa a ser dividido

entre a União e a empresa petrolífera exploradora. O risco exploratório cabe unicamente à empresa exploradora.

Além disso, o modelo brasileiro de partilha confere privilégios à Petrobrás, que será a operadora em todos os contratos de partilha, tendo direito a pelo menos 30% dos blocos licitados. Os demais 70% serão repassados às empresas que fornecerem maior percentual de óleo lucro para a União, categoria em que a Petrobrás ainda tem possibilidade de aumentar sua participação na exploração.

Além do percentual de óleo lucro previsto em contrato, cabe a empresa petrolífera contratada pagar ao Estado o bônus de assinatura do contrato e os royalties, estes em forma de remuneração financeira. Ao Estado cabe o pagamento do óleo custo e o óleo lucro devidos, previstos em contrato.

A mesma Lei que determina o regime de partilha também institui um fundo social para gestão das receitas oriundas da exploração e produção de petróleo e gás no Pré-Sal. A partir da concepção de que o resultado econômico do Pré-Sal é um bem de todos os brasileiros, o Fundo Social, vinculado à Presidência da República, passará a realizar investimentos de porte nas áreas de combate à pobreza, educação, saúde, esporte, cultura, ciência e tecnologia e sustentabilidade ambiental. As receitas serão oriundas basicamente do bônus de assinatura e dos royalties, e busca-se, assim, evitar problemas pelos quais passaram diversos países que descobriram subitamente grandes riquezas, e foram mal sucedidos na administração desses bens (conhecida como a Maldição do Petróleo).

Por fim, segundo Bulhões, a Lei 12.304/2010 refere-se à criação da nova empresa estatal chamada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., ou simplesmente Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA). Vinculada ao Ministério de Minas e Energia e inspirada no marco regulatório norueguês, a PPSA terá como função a gestão dos contratos de exploração e auxílio da ANP nos processos de regulação.

A importância da PPSA se mostra no sentido de fornecer à União as informações precisas a respeito dos custos e lucros efetivos da exploração do petróleo e na fiscalização da parcela de óleo excedente entrega à União. Em um sistema de partilha, a empresas exploradores se veriam estimuladas a inflar seus custos a fim de fornecer uma parcela menor dos lucros à União; deste modo, a PPSA se torna necessária ao

diminuir as assimetrias de informação e deve integrar os consórcios formados na qualidade de representante da União.

Sendo assim, os consórcios serão formados pela Petrobrás, como operadora única, com uma parcela mínima de 30% da participação, pela empresa (ou empresas) contratada, vencedora do certame e pela PPSA, representando os interesses da União. A PPSA participa do consórcio sem efetivamente participar dos processos de exploração.

Tendo base no novo marco regulatório do Pré-Sal, em outubro de 2013 foi realizado o primeiro leilão de um campo do Pré-Sal, o campo de Libra, uma das maiores descobertas do Pré-Sal e a certeza de volumes recuperáveis de grande monta de petróleo que explicam a atratividade do modelo de partilha.

Devem ser produzidos, no Campo de Libra (cuja localização se dá na Bacia de Campos), entre 08 e 12 bilhões de barris de petróleo nos próximos 35 anos, óleo este de excelente qualidade. Além disso, é estimado um volume de 120 bilhões de metros cúbicos de gás natural, com parte sendo reinjetado, parte sendo consumido como energia pelas plataformas e o restante ofertado no mercado. Ao atingir o pico de produção, Libra deve atingir 1,4 milhão de barris por dia.

O regime de partilha previsto no novo marco regulatório torna-se possível, assim, devido à alta probabilidade de sucesso nas atividades do Pré-Sal, como é evidenciado pelo leilão de Libra; este regime possibilita a União um maior gerenciamento sobre a produção e a maximização de suas participações nos resultados da mesma.

O consórcio vencedor do leilão de partilha de Libra é formado pela Petrobrás, a holandesa Shell, a francesa Total e as chinesas CNPC e CNOC. A proposta foi a única qualificada para a concessão do campo de exploração: concedeu à União uma reversão de 41,65% do óleo lucro produzido. Na divisão do consórcio, a Petrobrás ficou com 10% das ações (e mais 30% a que tem direito, totalizando 40% das ações), assim como as companhias chinesas; já a Shell e a Total arremataram 20% das ações, cada. O grupo pagará um bônus de R\$ 15 bilhões de reais ao governo e planeja um investimento mínimo de R\$ 610 milhões no campo.

Além dos benefícios diretos, que contribuirá para elevar as exportações e o saldo da balança comercial brasileira, a política de conteúdo local irá assegurar o

desenvolvimento tecnológico do parque naval e industrial do país, incentivando a produção não apenas de plataformas, mas também de equipamentos submarinos, linhas de produção, gasodutos, barcos de apoio, entre outros, e propiciando empregos diretos e indiretos no país.

Segundo os dados do Portal Brasil (2014), o excedente em óleo de 41,65% obtido no leilão vai propiciar 75% da renda a ser produzida pelo Campo de Libra para o Estado Brasileiro. Deste percentual, corresponde:

1. à soma do Bônus de assinatura, que deverá ser de R\$ 15 bilhões, pagos na assinatura do contrato;
2. aos royalties a serem pagos pelas empresas por conta da produção de óleo e de gás, que, conforme já mencionado deverão totalizar R\$ 270 bilhões;
3. ao excedente em óleo devido à União, que será de 41,65%, ou seja, aproximadamente R\$ 736 bilhões, e
4. ao imposto de renda a ser pago pelas empresas petroleiras, correspondente a 34% do lucro que auferirem com essa produção. (PORTAL BRASIL, 2014)

Em adição, a participação da Petrobrás como operadora do Campo de Libra aumentará a parcela de lucro da União e suas empresas para 85% de toda a renda produzida em Libra (75% diretamente pelo Estado Brasileiro + 40% de 25% destinado às empresas). Nas palavras do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, “este é um tempo novo que se abre no Brasil”. (LOBÃO apud PORTAL BRASIL, 2014).

## 5. A NOVA FORMA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL

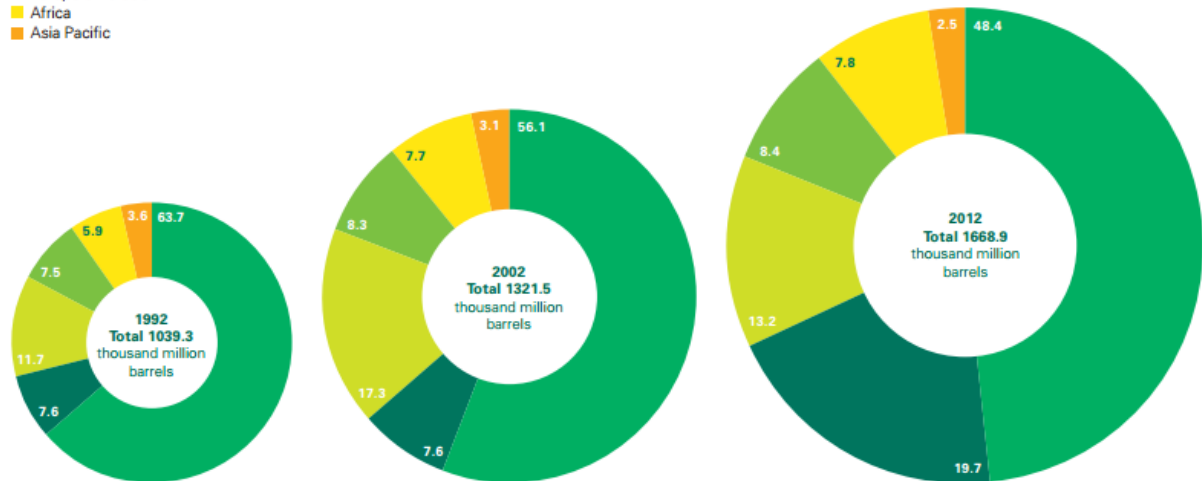
O Pré-Sal insere o Brasil, e conseqüentemente a América do Sul, de forma diferenciada na Geopolítica do Petróleo. O destaque dado pelo World Energy Outlook da Agência Internacional de Energia, e pela BP Statistical Review of World Energy, ambas de 2013, evidenciam o enorme potencial das reservas brasileiras de petróleo e a posição diferenciada que o país passa a ocupar em um cenário internacional marcado pela dependência de petróleo.

A figura a seguir, publicada na *Statistical Review of World Energy* da *British Petroleum*, de 2013, demonstra claramente a importância da descoberta do Pré-Sal na distribuição dos recursos energéticos atuais:

Figura 3 - Distribuição de reservas provadas em 1992, 2002 e 2012 (%).

Distribution of proved reserves in 1992, 2002 and 2012  
Percentage

- Middle East
- S. & Cent. America
- North America
- Europe & Eurasia
- Africa
- Asia Pacific



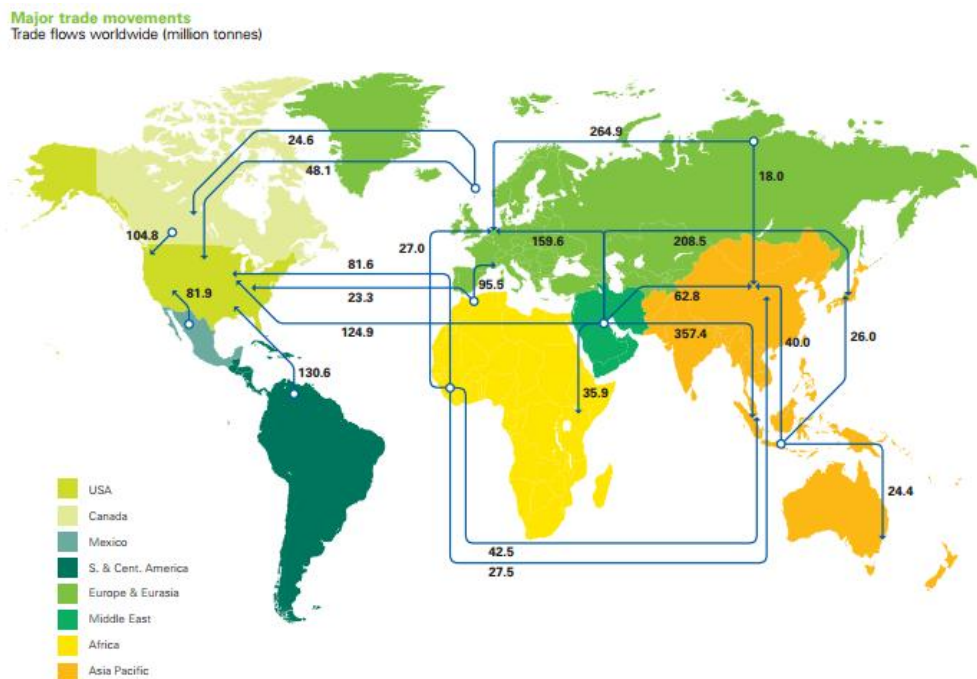
FONTE: BRITISH PETROLEUM AMOCO (BP). **Statistical Review of World Energy 2013.**

A figura acima expõe uma comparação da distribuição das reservas provadas de petróleo entre os anos de 1992, 2002 e 2012. Conforme apresentado, as América do Sul e Central, em 1992 e 2002 detentoras de 7,6% das reservas provadas de petróleo em âmbito mundial, passam a possuir 19,7% de reservas em 2012. O incremento eleva a região à posição de segunda maior detentora de reservas de petróleo; em 1992 e 2002 as América do Sul e Central ocupavam a terceira posição, atrás do Oriente Médio, que conserva atualmente a primeira posição, e da América do Norte, que em 2012 passa a ocupar a terceira posição.

Deste modo, a comparação realizada pelo relatório da *British Petroleum* em 2013 expõe a mudança observada na estrutura da distribuição das reservas de petróleo após a descoberta do Pré-Sal. O Oriente Médio segue como o principal detentor de reservas de hidrocarbonetos, porém em escala menor; as América do Sul e Central são alçadas, porém, a uma posição destacada como fonte de recursos energéticos.

Além de determinar uma maior proeminência para a região, a descoberta do Pré-Sal inseriu o Brasil diferenciadamente nos fluxos de comércio de petróleo em nível mundial, segundo as figuras abaixo:

Figura 4 - Fluxos de comércio de petróleo (milhões de barris): 2005



FONTE: BRITISH PETROLEUM AMOCO (BP). **Statistical Review of World Energy 2005.**





desafios aos quais o Brasil deve dar respostas satisfatórias a fim de se inserir de forma proeminente no sistema internacional e para utilizar-se de modo adequado do Pré-Sal objetivando o desenvolvimento econômico nacional.

### **5.1 Aproximação com o Gigante Asiático**

A América do Sul sempre ocupou um papel marginal nas questões geopolíticas das grandes potências. Localizada no “quintal” dos Estados Unidos e sem representar grandes riscos estratégicos na expansão do comunismo durante a Segunda Guerra Mundial, a região não foi favorecida pelos movimentos de investimento e cooperação ao desenvolvimento que passaram a marcar as relações Norte-Sul no Pós Segunda Guerra Mundial.

Países estrategicamente localizados, como os europeus e a Coreia do Sul, por exemplo, foram destino de um expressivo montante de investimento por parte dos Estados Unidos, que visava reconstruir tais economias e garantir sua forma de produção em países considerados importantes para as manobras econômicas, políticas e militares nacionais. Neste contexto, o Brasil e seus vizinhos buscaram uma participação no destino de tais investimentos em forma de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), porém conquistaram apenas um apoio marginal em forma de investimento externo direto.

Ainda hoje, apesar do crescimento econômico e maior proeminência da região nos assuntos internacionais, além de sua riqueza em recursos naturais, energéticos e alimentares, a América do Sul continua a ocupar um papel relativamente marginal na geopolítica das grandes potências (VADELL, 2007, p. 155). Na geopolítica do petróleo, os focos de tensão ainda se encontram no Golfo Pérsico e nos países do Mar Cáspio, o *heartland* de Mackinder.

Porém, os movimentos atuais do sistema internacional indicam que esta posição estratégica da América Latina pode passar por uma transformação, merecendo maior destaque nas relações geopolíticas mundiais das grandes potências:

Contudo, na alvorada do século XXI, a República Popular da China (RPC ou China), uma potência global extra-regional, mostrou-se especialmente

interessada nessas riquezas. A China é um dos países mais bem-sucedidos no que se refere ao crescimento econômico nas últimas duas décadas. Essa constatação não seria tão relevante se se tratasse de um pequeno Estado. A RPC é o país mais populoso do mundo e ocupa o terceiro lugar no que se refere à extensão territorial, depois da Rússia e do Canadá. Além disso, é uma potência militar e nuclear. (VADELL, 2007, p. 155)

Com um crescimento médio de 10% ao ano, baseado este principalmente em um setor produtivo industrial, a China tem a possibilidade de adentrar no grupo das grandes potências e modificar as estruturas de relações geopolíticas existentes hoje no sistema internacional, principalmente devido ao crescente aumento do consumo energético que dá impulso ao referido desenvolvimento industrial.

A expansão da demanda chinesa já apresenta resultados positivos na América do Sul: o aumento dos preços das commodities, minerais e recursos energéticos já determinaram um impacto positivo no crescimento da região. Além do mais, a partir da década de 2000 o incremento das relações econômicas entre os países sul-americanos e o gigante asiático já geraram discussões a respeito da ascensão pacífica e da influência chinesa na região.

Porém, é no setor energético e na geopolítica dos hidrocarbonetos que a ascensão chinesa se mostra mais importante neste trabalho. A China, que se apresentava como um país autossuficiente em petróleo em meados dos anos 1960, até mesmo exportando em pequenas medidas, a partir de 1993 torna-se importador de hidrocarbonetos e alcança atualmente a posição de segundo maior importador de petróleo mundial, atrás somente dos Estados Unidos. Importa-se na China mais da metade do petróleo consumido; e sendo este o combustível do desenvolvimento, e conseqüentemente da estabilidade do regime, o petróleo se torna um ponto de vulnerabilidade, uma questão de segurança nacional e de *high politics* para o governo chinês. (LEITE; LIRA, 2012)

Além do incremento do setor industrial dependente do petróleo, a grande inclusão social gerada pelo desenvolvimento na China gerou um crescimento acelerado do setor de transportes, acelerando portando a demanda por petróleo no mercado internacional - e, conseqüentemente, dos preços dos hidrocarbonetos (VADELL, 2007). Em dez anos, o consumo de petróleo na China mais que dobrou (LIRA; LEITE, 2012).

Deste modo, a busca por previsibilidade de abastecimento e garantia de matérias primas leva a China à mesma estratégia usada pelo Brasil durante o primeiro choque do petróleo: a diversificação de fornecedores e busca de fontes seguras de hidrocarbonetos. Dada esta prioridade de política externa, e evitando confrontos de interesses na região do Golfo que poderiam surgir após a deflagração da guerra ao terror, a China passa a buscar seus insumos essenciais na África, principalmente, e em papel menor na América do Sul. Ambas as regiões se mostram interessantes devido as suas riquezas naturais e à competição reduzida entre as grandes potências.

Os investimentos chineses nos países do sul direcionam-se, não obstante, nos setores de petróleo e gás natural. Na América do Sul, no tocante a estas áreas, o destaque se dá para a Venezuela e para o Brasil.

As relações sino-brasileiras são marcadas por uma parceria estratégica que visa, do lado chinês, a grande economia, território e mercado consumidor brasileiros, assim como o relativo avanço tecnológico, influência regional e posse de recursos naturais e energéticos; já do lado brasileiro, o atrelamento a uma potência global corresponde aos interesses de inserção e papel mais proeminente nas relações internacionais, além de busca por investimento e apoio nos fóruns multilaterais. Ou seja, pode-se dizer que se trata de uma cooperação entre países com objetivos semelhantes, que buscam desenvolvimento econômico e influência política, regional e global.

Logo, a China entra como grande investidor no Brasil em troca de matérias primas; os setores que se destacam na atração de investimento são os de infraestrutura e transporte, como no caso de rodovias, gasodutos, entre outros, que facilitam o transporte de petróleo. Também se destacam os setores de tecnologia e recursos básicos, favorecidos pelas semelhanças nas estruturas industriais de ambos os países.

A variável energética tem uma marcada expressão na relação da RPC com o Brasil. Em novembro de 2004, o presidente Hu Jintao anunciou, em território brasileiro, investimentos nas áreas do petróleo e de transporte da ordem de 10 bilhões de dólares, que incluem um acordo entre a Petrobras e a empresa estatal chinesa Sinopec para construir um gasoduto de 2000 km de longitude (LEÓN-MANRÍQUEZ, 2006). Por outro lado, deve-se destacar que uma considerável proporção das exportações do Brasil para a China é composta por matérias-primas e alimentos. Minerais de ferro, aço e o complexo da soja representam mais de 70% das vendas do Brasil à RPC (idem). (VADELL, 2007, p. 168)

A cooperação energética entre Brasil e China é destacada por Lira e Leite. Segundo os autores, a cooperação entre estatais brasileiras e chinesas pode ser exemplificada pela troca de experiências em produção e exploração entre a Sinopec (*China Petroleum & Chemical Corporation*) e a Petrobrás, que desde 1980 tem atuado conjuntamente nas áreas tecnológicas, gerenciais e comerciais relacionadas aos hidrocarbonetos. A partir do governo Lula, o auge da aproximação bilateral sino-brasileira é acompanhado por uma troca de experiências e tecnologias na exploração de petróleo em águas profundas, e a partir dos anos 2000 a expectativa de atração de capital e investimentos chineses aumenta vertiginosamente (LIRA; LEITE, 2012).

A empresa brasileira Petrobrás tem-se beneficiado com a política chinesa no quesito concessão de empréstimos e intercâmbio de conhecimento na área petrolífera. Em 2004, a empresa firmou acordo com a chinesa Sinopec para explorar, produzir, refinar petróleo e comercializar produtos petroquímicos. Inserido nesse acordo, está a construção de gasodutos e a assistência técnica chinesa na recuperação de campos maduros de petróleo no Brasil, com a assistência técnica brasileira nas perfurações de água profunda no mar da China. [...] Na visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva à China, em 2009, foi anunciado um Plano de Trabalho sobre cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre o Ministério da ciência e tecnologia dos dois governos para campos de bioenergia e biocombustíveis. Nesse Plano de trabalho, vários acordos de cooperação foram assinados e incentivados pelos dirigentes políticos, uma vez que as relações sinobrasileiras têm crescido de forma extraordinária. (LIRA; LEITE, 2012, p. 43)

A descoberta do Pré-Sal, que alçou o Brasil como segundo maior produtor da América do Sul, com possibilidade de ser um grande exportador de petróleo e gás natural no futuro próximo, garantiu ao Brasil uma posição privilegiada nas atenções da RPC. Porém, conforme destacam os autores supracitados, o grande interesse de aprofundar relações e as enormes possibilidades de cooperação existentes, que ganham relevo nas políticas externas de ambos os países, ainda não alcançaram resultados concretos devido às distâncias físicas e culturais entre os dois países, além da lentidão e da burocratização chinesas.

Assim, a falta de informação mútua, apesar do já efetivado aumento de comércio e investimento entre os dois países, torna a perspectiva promissora do relacionamento no setor energético uma ideia sem exemplos efetivados (os resultados positivos são melhor analisados na cooperação entre as estatais chinesas e brasileira).

De qualquer modo, o maior interesse chinês na América do Sul, em especial ao Brasil, e os vertiginosos crescimentos da economia e da importância do país na geopolítica moderna dos recursos energéticos tem a possibilidade de inserir os sul-americanos com maior proeminência nas relações internacionais, passando a ter um papel de maior relevo nas manobras geopolíticas mundiais.

Segundo Pautasso e Oliveira (2008), as tendências de reorganização da estrutura sistêmica internacional no pós Guerra Fria reservam um papel de relevo para os recursos energéticos, em especial o petróleo. Tais recursos podem tanto gerar novos polos de poder como de conflito, e se apresentam essenciais para o equilíbrio de potências que vem se formando nas últimas décadas: o petróleo é imprescindível tanto para a ascensão chinesa e sua alçada à posição de potência mundial, quanto para as tentativas norte-americanas de se manterem como *hegemón* em um sistema internacional que se encaminha para a multipolaridade.

Deste modo, os problemas domésticos dos Estados Unidos, dentre eles os econômicos, se encontram fortemente entrelaçados à diluição no seu poderio no sistema internacional, à ascensão da economia e influência chinesas, à reorganização da ordem sistêmica e à posse de recursos energéticos. Em outras palavras, o petróleo é essencial para os projetos de ambas as economias, projetos de ascensão de uma e sobrevivência de outra. E, sendo assim, parte-se para a busca de novas fontes de hidrocarbonetos que possam suprir estas necessidades. Nas palavras dos autores acima citados:

Para a China a compra do petróleo (e outras *commodities*) tem sido utilizada para fortalecer a segurança energética e ampliar sua inserção em outros mercados, alterando a correlação de forças mundiais por meio de seu comércio exterior. Para os EUA, o petróleo apresenta-se ainda como um mecanismo de controle indireto dos principais pólos desafiantes, ou seja, China, União Européia e Japão. Além do crescimento das disputas entre os grandes e novos consumidores, há o declínio da extração petrolífera em regiões tradicionalmente produtoras, incluindo EUA e Mar do Norte.

A batalha pelos recursos estratégicos parece cada vez mais complexa, especialmente no que se refere ao petróleo. O caso das disputas sino-americanas pelos hidrocarbonetos em áreas de exploração mais recentes, como África e Ásia Central, é ilustrativo da nova tendência. Esta batalha deve ser, portanto, um dos elementos-chave na transição em curso no sistema internacional, condicionando fatores estruturais na política internacional neste início do século XXI: a reorganização de forças e os alinhamentos diplomáticos; a capacidade institucional e a possível escalada de violência; e a redefinição da importância e do protagonismo do continente africano. (PAUTASSO E OLIVEIRA, 2008, p. 363)

Deste modo, a China passa a ser o principal desafio à hegemonia dos Estados Unidos, e as reações deste país ao deslocamento de poder provavelmente marcará as novas relações internacionais configuradas. Além disso, a interdependência econômica torna os processos ainda mais complexos.

A atuação da China na esfera internacional ainda se caracteriza pelo apoio dado à emergência de novos polos de poder e o desenvolvimento de economias antes negligenciadas pela geopolítica das potências, modificando as relações entre o centro e a periferia. O fortalecimento dos laços com diversos países e blocos é exemplificado por Jabbour, autor citado por Pautasso e Oliveira (2008): percebe-se o alinhamento chinês ao G-22 na Organização Mundial do Comércio (OMC); as pressões na Organização das Nações Unidas (ONU) pelo perdão das dívidas do Terceiro Mundo; a abertura comercial total a produtos dos 35 países mais pobres do mundo; o apoio à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU); a transferência de tecnologia e construção de usinas hidrelétricas e termelétricas para países africanos (Angola, Etiópia, Guiné), entre outros.

Neste contexto é que se insere a recente descoberta do pré-sal. As reservas brasileiras de petróleo alçam o país a uma posição de interesse da China, que vem tentando fortalecer os laços com os países sul americanos. Como citado anteriormente, a busca por maior projeção da política externa brasileira também encontra respaldo nas atuações chinesas, projetando uma série de alinhamentos em fóruns internacionais.

O Pré-Sal por si só já representa uma fonte de poder e barganha, passível de representar uma maior atuação brasileira no sistema internacional no futuro. Outrossim, as dinâmicas atuais e a atuação chinesa ainda representam uma intensificação desta possibilidade de projeção brasileira: a nova geopolítica do petróleo e a ascensão chinesa proporciona uma nova margem de manobra para o Brasil, como no caso da busca de maior participação e destaque nas organizações internacionais.

## **5.2 Movimentos dos Estados Unidos**

A América do Sul sempre se apresentou como uma região estratégica para os Estados Unidos, apesar de historicamente as atenções da grande potência estarem

sempre voltadas para outras partes do globo. Tal fato se dá devido à aparente acomodação sul-americana ao seu vizinho do norte, enquadrando-se perfeitamente no “quintal” norte-americano e aproveitando-se das (não tantas) vantagens de mostrarem aliados atemporais dos Estados Unidos.

A Doutrina Monroe, proferida pela primeira vez em 1823, marca a percepção acima citada de não intervenção de potências ou interesses internos na América, ou “A América para os Americanos”. Evidenciava-se não um pan-americanismo consensual, mas uma iniciativa unilateral dos Estados Unidos de se reafirmarem como a única potência a qual tinha direito de intervir em assuntos do continente ao qual pertence.

Esta teoria foi sendo reforçada ao longo dos anos, com suas devidas alterações, como nota-se pelo Corolário Roosevelt, do “*Big Stick*”, que marcou grandes intervenções nos países vizinhos no início do século XX. A partir de meados do mesmo século, percebe-se a ainda latente necessidade dos Estados Unidos de se afirmar como “polícia única” da região: as medidas unilaterais dos Estados Unidos de excluir a América Latina das jurisdições da Liga das Nações e da ONU comprovam que a teoria ainda é presente nas políticas estadunidenses.

As tentativas de integração mais recentes da região evidenciam o interesse estratégico dos Estados Unidos na região. Ações como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) do pós Segunda Guerra Mundial, e a fracassada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), barrada por iniciativas argentinas e brasileiras, mostram a importância geopolítica, econômica e comercial da região para o projeto de manutenção da hegemonia estadunidense:

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães salientou, em sua importante obra *Quinhentos anos de periferia, que a América Latina, ao contrário do que muitos imaginam, “é de fato a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos”*. Porém, dentro da América Latina, configurada pelos países situados abaixo do Rio Grande ou Rio Bravo do Norte, a América do Sul é a região que apresenta maior significação geopolítica, na estratégia dos Estados Unidos, devido ao seu enorme potencial econômico e político. São doze países dentro de um espaço contíguo, da ordem de 17 milhões de quilômetros quadrados, o dobro do território dos Estados Unidos (9.631.418 km<sup>2</sup>). Sua população, em 2007, era de aproximadamente 400 milhões de habitantes, também maior que a dos Estados Unidos (303,8 milhões), representando cerca de 67% de toda a chamada América Latina e 6% da população mundial, com integração lingüística, porquanto a imensa maioria fala português ou espanhol, línguas que se comunicam. Ademais, a América do Sul possui grandes reservas de água doce e biodiversidade da terra, enormes riquezas em recursos minerais e

energéticos - petróleo e gás - pesca, agricultura e pecuária. (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 51)

No entanto, o crescimento das esquerdas latino americanas nas últimas décadas, assim como os projetos de integração autônoma da América do Sul, como a UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano, além do MERCOSUL, evidenciam o recente desgaste da influência dos Estados Unidos na região, cuja busca com uma identidade própria independente (ou até mesmo em oposição) aos Estados Unidos. Tal distanciamento põe em risco o projeto hegemônico dos Estados Unidos, que passaram a procurar aliados e montar bases na região a fim de manter sua presença, facilitar o acesso às riquezas naturais e energéticas e dificultar a integração autônoma da América do Sul: segundo Moniz Bandeira, a presença norte-americana na Colômbia, por exemplo, torna este país um Estado-pivô para garantir aos Estados Unidos a consecução de seus objetivos estratégicos.

Outrossim, enfatiza-se a riqueza energética da região como um ponto-chave para o entendimento do interesse geopolítico dos Estados Unidos. À importância da Venezuela e Bolívia, principalmente, no fornecimento de petróleo e gás natural para os EUA, soma-se agora a descoberta do Pré Sal no Brasil, país que é visto pelos Estados Unidos como o “único rival possível à influência hegemônica dos Estados Unidos” (GUIMARÃES apud BANDEIRA, 2010, p. 57) “devido às suas dimensões geográficas, demográficas e econômicas e à sua posição geopolítica e estratégica, ao longo de grande parte do Atlântico Sul, defrontando a África Ocidental”. (BANDEIRA, 2010, p. 57)

A descoberta do Pré Sal, somado às recentes aproximações da China com a Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil, configuram importantes preocupações na agenda de política externa dos Estados Unidos, que dependem da região para garantia de importação de petróleo. A influência chinesa na América do Sul apresenta risco para os interesses norte-americanos, e a corrida geopolítica na região deve ser ainda superior que a que vem ocorrendo na África, devido a sua população, estrutura econômica, mercado consumidor e peso geopolítico, além da grande capacidade de produção alimentar (FIORI apud BANDEIRA, 2010, p. 75)



Não há dúvida de que agora Washington precisa lidar com um conjunto inédito de fatores: inclinação da América do Sul em direção à esquerda, ainda que em graus bastante diferenciados; laços econômicos crescentes com uma potência não-subordinada aos EUA (a China); laços militares com uma potência rival (a Rússia); emergência de uma potência regional (o Brasil) em condições de desafiar os EUA numa zona até então tida como área de influência garantida.(FUSER, 2009, p. 22)

Destarte, a importância da nova inserção brasileira como futuro grande exportador de petróleo e como líder de uma região cada vez mais distante politicamente dos Estados Unidos já é corroborada pelas reações do “grande irmão” do norte. Diversas delas podem ser percebidas, porém este trabalho se limitará à análise de duas delas: em primeiro lugar, a decisão do então Presidente George Bush em restaurar a IV Frota para o Atlântico Sul em 2008; em segundo lugar, e mais recente, a denúncia de espionagem da Petrobrás pela Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos em 2013.

### **5.2.1 A Reativação da IV Frota**

A IV Frota dos Estados Unidos, assim como as demais frotas enumeradas, surgiram durante a Segunda Guerra Mundial como divisões da Marinha dos Estados Unidos, cada qual abrangendo uma área geográfica específica. Ao Atlântico Sul foi designada a IV Frota, sob o Comando Sul, que posteriormente em 1950 foi desativada e incorporada pela Segunda Frota.

Durante cerimônia realizada em julho de 2008 na Flórida, onde se encontra o Comando da IV Frota, tal esquadra foi reativada para fins de combater o tráfico de drogas, de armas e de pessoas na região, além do terrorismo e da pirataria que ameaça o fluxo do livre comércio nos mares do Caribe e da América do Sul (BANDEIRA, 2010, p. 67). Contudo, como destaca Carvalho (2009, p. 50), o “combate ao terror” é apenas um termo empregado pelos Estados Unidos a fim de justificar intervenções e guerras preventivas, como no Iraque e Afeganistão, e o “combate ao narcotráfico” apenas justifica as intervenções norte-americanas ao criminalizar movimentos insurgentes, como no caso da Colômbia.

O chefe de Operações Navais da Marinha dos EUA, almirante Gary Roughead, afirmou que esta se trata de uma parceria que visa defender os mares da região, porém, também afirmou que “o foco da IV Frota estará nas ações humanitárias, mas que ninguém se engane: ela estará pronta para qualquer tipo de ação, em qualquer lugar e a qualquer momento” (THUSWOHL, 2014). O almirante também anunciou em outra ocasião que se havia decidido restabelecer a IV Frota, em virtude da imensa importância da segurança marítima no sul do hemisfério. (BANDEIRA, 2010, p. 68) Além disso, foi nomeado para o comando da IV Frota o contra-almirante Joseph Kernan. Este, oriundo do grupo Seal, uma força de elite dos Fuzileiros Navais especializada em missões sigilosas, participou justamente do planejamento das invasões do Afeganistão e do Iraque.

Na América Latina, os interesses dos Estados Unidos na região são elucidados pelo apelido que a mesma recebeu na região:

Não é por acaso que a esquadra estadunidense para a América Latina recebeu o apelido de “Frota Chávez”. A Venezuela, sob o governo popular-nacionalista de Hugo Chávez, tornou-se o maior inimigo do imperialismo estadunidense na região, e talvez até no mundo inteiro. Chávez se propõe a varrer a influência dos EUA nas antigas colônias ibéricas do continente americano. Em outras palavras: arquivar a Doutrina Monroe. O seu “bolivarianismo”, nesse sentido, é muito mais que um artifício retórico. De Bolívar, Chávez reivindica, e é muito enfático nesse ponto, a ideia de que a verdadeira independência dos povos latino-americanos só será possível mantendo à distância os EUA. O governo venezuelano possui disposição e, graças ao petróleo, recursos para liderar uma coligação antiestadunidense na América do Sul, com a participação de governos e movimentos sociais. Talvez não seja um exagero dizer que a Venezuela constitui, hoje, um inimigo muito mais perigoso para os EUA do que Cuba em qualquer época. (FUSER, 2009, p. 23)

O nacionalismo em torno dos recursos energéticos e a busca de afirmação da América do Sul como área autônoma, independente da influência dos Estados Unidos, colocam em risco a segurança energética deste país – em um mesmo momento em que importantes reservas de hidrocarbonetos são descobertos na região. Para Fuser, os Estados Unidos, diante de um futuro incerto, se preparam para garantir seus interesses vitais na região – podendo utilizar, para este fim, até mesmo meios militares.

Teoricamente, a reativação da IV Frota foi uma decisão administrativa. Além disso, apesar de desmobilizada a esquadra, os Estados Unidos nunca deixaram de ter navios de guerra circulando pelas águas internacionais do Atlântico Sul, ou seja, a

reativação da IV Frota não significou grandes mudanças nas atividades militares dos Estados Unidos na região.

O que, segundo Moniz Bandeira, em uma visão mais moderada, pode-se inferir da reativação da IV Frota é de que os Estados Unidos se encontram cada vez mais atentos aos desdobramentos políticos que ocorrem na região, devido a todos os motivos acima detalhados. Nas palavras do mesmo, “apenas oficializou uma presença que de fato nunca deixou de existir, mas visando a demarcar e reafirmar o Atlântico Sul como área sob seu domínio, sobretudo em face da descoberta de grandes jazidas de petróleo, no campo Tupi, na camada pré-sal do litoral de São Paulo”. Porém, para o autor, os aspectos econômicos e comerciais, e a perspectiva de que a América do Sul se torne um grande produtor de petróleo, sem dúvida tiveram peso na decisão de reativar a IV Frota no Atlântico Sul.

De qualquer modo, a IV Frota aumenta a presença militar dos Estados Unidos na região, já marcada pelo estabelecimento de diversas bases militares, como no caso da Colômbia. A reação defensiva dos governos sul-americanos já demonstra que, se o objetivo da IV Frota for ameaçar e intimidar os governos regionais, este está sendo devidamente atingido.

### **5.2.2 Espionagem da Petrobrás**

Se a possibilidade de intervenção dos Estados Unidos na região parece uma ideia remota e deveras conspiratória, um segundo movimento de política estadunidense no que diz respeito ao Pré-Sal evidencia o interesse do grande vizinho no Brasil: os documentos secretos vazados por Edward Snowden, ex-técnico da CIA, denunciam não só o monitoramento da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos Estados Unidos às comunicações de cidadãos em todo o mundo, mas também a vigilância de governos, embaixadas, e até mesmo a espionagem direta de Chefes de Estado como a Presidente Dilma Rousseff, o Presidente do México Enrique Peña Nieto e a Chanceler alemã Angela Merkel.

Os dados apresentados por Snowden demonstram que a espionagem americana tem motivos muito além dos militares e de segurança nacional, tendo como principal

justificativa o combate ao terrorismo internacional. Segundo Snowden, a maior parte dos dados se trata de espionagem industrial e comercial. Na América Latina, o enfoque em petróleo e energia é comprovado pelas informações secretas; os principais países monitorados são o Brasil, seguido pelo México, Colômbia e Venezuela.

Uma segunda revelação de Snowden apresentou dados concretos sobre a espionagem dos Estados Unidos à Petrobrás, que gerou forte indignação nacional e passou a ser tratada no âmbito da Presidência da República. A pouco mais de um mês do leilão de libra, a espionagem estadunidense em torno de segredos estratégicos da maior empresa brasileira desmoronou os argumentos de defesa e combate ao terrorismo. Em nota oficial, a Presidente Dilma Rousseff demonstrou sua irritação, afirmando que “a Petrobrás não ameaça a segurança de qualquer país” (ROUSSEFF apud ISTOÉ DINHEIRO, 2014).

Não se sabe ao certo a quais dados a NSA teve acesso, porém o reconhecido know-how da estatal em exploração de petróleo em águas profundas representa um conhecimentos estratégico da empresa. A tecnologia desenvolvida durante anos de estudo e investimento é considerada um segredo valioso; ainda, o conhecimento das prioridades da Petrobrás seria importante para as principais fornecedoras de equipamentos da empresa, muitas delas norte-americanas. Deste modo, toda a informação tem caráter econômico, geopolítico e militar.

Em seus supercomputadores, a estatal armazena imagens em alta definição do subsolo marítimo, informações sobre a geometria de reservatórios e dados sobre porosidade e impermeabilidade de diversas áreas, o que pode reduzir em milhões de reais o custo de uma eventual exploração. Outro dado que pode interessar ao Departamento de Defesa americano é o conhecimento acumulado pela Petrobras ao longo de quatro décadas de pesquisa na região do Atlântico Sul, entre o Brasil e a África. (ISTOÉ DINHEIRO, 2014)

Segundo matéria da Istoé, os segredos que mais poderiam interessar aos americanos são (i) a tecnologia avançada para exploração do Pré Sal; (ii) o conhecimento das áreas mais rentáveis; (iii) as imagens do subsolo marítimo e informações sobre a geometria dos reservatórios, impermeabilidade e porosidade de diversas áreas; (iv) amplo conhecimento da região do Atlântico Sul; (v) capacidade de interpretar os dados públicos dos blocos que serão leiloados; e (vi) plano de produção e compra de equipamentos.

O que se percebe na questão da espionagem industrial da Petrobrás é uma nova forma de poder no sistema internacional e um novo meio de fazer a guerra: o poder tecnológico e informacional, que se tornam essenciais nas chamadas guerras cibernéticas. As guerras, antes travadas em terra, passaram para o mar, em seguida para os céus e o espaço, para por fim chegarem a seu quinto estágio, o espaço virtual ou ciberespaço (BARBOSA, 2012). Sendo a Petrobrás a maior empresa brasileira, e o Pré-Sal uma fonte de poder nacional, tal questão passa a ser questão de segurança nacional.

As ameaças virtuais colocam em risco toda a infraestrutura de um Estado, assim como deixam vulneráveis os dados sigilosos de defesa nacional e informações industriais, como no caso da espionagem da Petrobrás. Essa nova dimensão de guerra já se mostra presente em todo o mundo e, reconhecido o terrorismo virtual pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, foi criado recentemente o Comando Cibernético (*Cyber Command*), sob o comando estratégico.

Apresenta-se o impacto das tecnologias da informação e da comunicação na segurança dos Estados e das suas empresas, tornando essencial o uso de armas não convencionais e o investimento em ciência e tecnologia. Na questão da Petrobrás, a NSA usou sua credibilidade para convencer o mercado a usar seu algoritmo de criptografia, que possuíam deliberadamente pontos vulneráveis que possibilitavam o acesso a informações. Assim, se torna essencial para o Brasil o investimento em tecnologias próprias, algoritmos de criptografia nacionais e mecanismos de proteção de dados.

No Brasil, o Centro de Defesa Cibernética do Exército brasileiro (CDCiber) é um dos dois principais órgãos responsáveis por garantir a segurança das redes no país. De acordo com o general José Carlos dos Santos, chefe do CDCiber, o país precisa se preparar para a possibilidade de uma "guerra em rede". A Estratégia Nacional de Defesa de 2008 recomendou o "fortalecimento de três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear". Apesar do caso da espionagem ter escancarado a fragilidade do sistema de segurança cibernético brasileiro, que ainda se encontra em fase inicial, o Brasil já está dando importantes passos na construção de um sistema de defesa e segurança cibernética. (MORAES, 2013)

A espionagem em si é sobretudo resultado de uma vulnerabilidade do sistema de segurança cibernética (que inclui a proteção de dados de instituições governamentais, privadas e de cidadãos em geral). Há também o conceito de defesa cibernética, nos moldes militares. Redes de órgãos públicos e de empresas estratégicas podem ser vítimas - agora e, principalmente, no futuro - de ataques que se assemelham aos de uma campanha de guerra.

A fronteira entre segurança e defesa pode ser tênue. E as batalhas não são convencionais - travada na rede mundial de computadores, essa guerra silenciosa pode ter caráter destrutivo, mas os que estão no *front* geralmente não vestem o uniforme de um país, embora estejam a serviço de interesses de Estados nacionais. (MORAES, 2013)

Para concluir, destaca-se a consideração do ministro da Defesa, Celso Amorim, que relacionou as espionagens do governo de Barack Obama à competição por recursos naturais do Brasil: Segundo o ministro, "não é à toa que a Petrobrás e o nosso Ministério das Minas e Energia foram alvo de espionagem digital" (AMORIM apud ESTADÃO, 2014)

Devido a todos esses fatores, o afastamento do Brasil em relação aos Estados Unidos se tornou mais latente. A ausência das "grandes irmãs" norte-americanas no leilão de Libra é resultado do estresse diplomático surgido entre Brasília e Washington devido às denúncias de espionagem. Em represália à espionagem, a visita já marcada da Presidente Dilma aos Estados Unidos foi cancelada, elevando os níveis de tensão. Nas palavras de Pignotti (2014) "a decisão de suspender a visita de Estado a Washington, embora Barack Obama tenha renovado seu convite pessoalmente, não deve ser confundida como algo gestual, porque suas consequências afetaram decisões vitais".

Além disso, demonstrando o afastamento entre Brasil e Estados Unidos nos últimos anos, o Brasil promoveu o Conselho de Defesa da UNASUL, com o apoio da Argentina e da Venezuela e a indiferença da Colômbia; ressuscitou o projeto de construção de um submarino atômico com a França (país com o qual firmou em 2009 um acordo militar); anunciou a compra de 36 caças Gripen da sueca Saab, cuja compra concorreu com o F-18, da americana Boeing, já usado e com o Rafale, da francesa Dassault; e demandou nos organismos internacionais a extensão de sua plataforma marítima, questão na qual as tensões com os Estados Unidos se dão devido ao não reconhecimento deste à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar.

O alinhamento brasileiro com a China é mais um elemento que mostra como as dinâmicas em torno do Pré Sal tem alterado o alinhamento entre Brasil e Estados Unidos.

### **5.3 Novos Desafios**

A fim de concretizar as expectativas de desenvolvimento com base na riqueza energética, há alguns desafios que ainda devem ser ultrapassados pelo Brasil.

O texto de Muxagato e Le Prioux (2011) tece diversas considerações a respeito da descoberta do Pré Sal, enumerando os obstáculos a serem ultrapassados a fim de atingir todo o seu potencial. Para os autores, o Pré Sal tem o potencial de incrementar o até então exercido *soft power* brasileiro nas áreas econômica e diplomática, tornando o gigante sul americano uma potência energética no decorrer do século XXI; para isto, porém, deve estar apto a dar respostas satisfatórias aos desafios que são descritos.

Em primeiro lugar, os autores citam a necessidade da defesa da soberania sobre os recursos naturais do Atlântico Sul, tanto no âmbito militar quanto no jurídico. A área do Pré-Sal se encontra propensa à cobiça internacional, principalmente por parte das petrolíferas estrangeiras; deste modo, é mister garantir que a soberania brasileira seja respeitada a fim de efetuar a exploração independente de seus recursos.

No campo militar, é preciso definir zonas estratégicas para a melhor utilização das forças armadas, reconhecendo a necessidade de proteger militarmente a Amazônia Azul (termo cunhado pelo Almirante Guimarães Carvalho). A dimensão estratégica do Pré-Sal amplifica o peso da marinha e a condição de potência marítima brasileira, sendo necessário o reaparelhamento das forças militares brasileiras a fim de construir um poder dissuasivo no ambiente internacional, afirmando a capacidade para explorar e defender seus recursos, além de possibilitar o monitoramento da área marítima. (LE PRIoux; MUXAGATO, 2011). Pode-se observar que alguns passos tímidos já têm sido dados, conforme citado anteriormente, com a compra dos caças Gripen e a construção do submarino nuclear.

No campo jurídico, a defesa da soberania se dá a partir da disputa na ONU pela exploração de possíveis reservas fora da Zona Econômica Exclusiva do Brasil, na

denominada plataforma continental. Segundo a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar, cada país, em até 10 anos após a ratificação, pode reivindicar os direitos de até 350 milhas de sua costa, o que foi feito pelo Brasil em 2004. Deste então, 75% da reivindicação brasileira foi aceita pela ONU, e os demais 248.000km permanecem em litígio. O Brasil tem adotado uma postura independente da ONU, reafirmando seus direitos nesta área, a fim de evitar as tentativas de usurpação por meios legais e as controvérsias internacionais a respeito do tema (LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011).

Em segundo lugar, os autores dissertam a respeito dos desafios tecnológicos enfrentados pelo Brasil na plena exploração das riquezas do Pré Sal. Apesar da Petrobrás ser líder mundial em produção *offshore*, detendo 23% da fatia do mercado e podendo se tornar a maior produtora mundial à frente da Exxon Mobil e da BP, a profundidade extrema representa um desafio para a empresa, tanto na exploração por si só, mas também pela redução de custos e do tempo de perfuração. Somam-se ainda os desafios de processamento e transporte de gás, dadas as dificuldades geográficas das reservas.

Sendo assim, alguns avanços já foram feitos pela Petrobrás em parceria com seu Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CENPES), e busca-se deste modo aproveitar as grandes oportunidades para tornar o Brasil um centro importante de tecnologia em petróleo e gás natural. A ambiciosa meta a ser destacada é a total substituição das plataformas por uma estrutura completamente submarina.

Para tais desenvolvimentos tecnológicos, se tornam essenciais recursos financeiros de longo prazo. Para isso, objetivando financiar os investimentos sem aumentar sua dívida, a Petrobrás promoveu em 2010 uma gigantesca captação de capital de 71,6 bilhões de dólares. Foi aprovada a emissão de 187,9 milhões de ações em troca de um total de 3,096 bilhões de dólares, maior captação de capital já realizada e que fez da empresa uma das maiores de petróleo no mundo (LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011). Em consonância a isso, destaca-se o anteriormente citado modelo de partilha aprovado no Brasil, que divide os custos de investimento entre as empresas participantes dos consórcios.

Segundo o Plano de Negócios da Petrobrás, os investimentos na área do Pré Sal estão se ampliando cada vez mais e devem chegar a 82 bilhões de dólares até 2018.



Os desafios tecnológicos também abrangem a área ambiental, no sentido de minimizar as emissões de CO<sub>2</sub> e as preocupações com os acidentes, como o que ocorreu com a BP no Golfo do México em 2010. Procura-se com os avanços tecnológicos garantir a segurança, reduzir os riscos e possibilitar rápidas reações em caso de catástrofes ambientais.

Por fim, os autores expõe a problemática da complementaridade entre o petróleo e os biocombustíveis, os quais voltaram a compor a estratégia brasileira de inserção após a alta dos preços do petróleo a partir de 2000 e com a difusão da postura ecológica devido aos problemas de mudança climática. Segundo Queiroz e Botelho, houve uma mudança de paradigma na estratégia brasileira de energia: enquanto a escassez e estrangulamento das importações de petróleo no século XX proporcionaram a emergência das políticas de energias renováveis, hoje o Brasil deve gerenciar as opções de energia das quais tem posse. (LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011)

Durante os primeiros anos dos anos 2000, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sintonia com o Itamaraty, lançou a “diplomacia do etanol” (COUTO; ALMEIDA, apud LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011), divulgando os benefícios das biocombustíveis brasileiros a fim de promover a imagem do Brasil e as empresas nacionais do setor. Objetivava-se a formação um mercado global para os produtos, equipamentos e serviços do setor; ainda, o Brasil firmou um acordo com os Estados Unidos em 2007 para os mesmos fins, formando uma aliança entre os maiores produtores de etanol.

Porém, as exportações de etanol ainda não são consistentes e o bem ainda não é considerado uma *commodity* internacional, apesar das mudanças na indústria evidenciarem a entrada de grandes petrolíferas e maiores companhias do agronegócio.

O Pré Sal acabou por roubar a cena dos combustíveis renováveis no plano doméstico, que teve sua importância diminuída face aos investimentos no Pré-Sal (este passa a representar 70% dos gastos governamentais no setor de energia). No plano de política exterior pode-se perceber a continuidade de uma política de pragmatismo realista (LIMA; SPEKTOR apud LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011), que se utiliza das duas formas de discurso sobre energia de acordo com o mercado. Ou seja, há uma complementaridade entre as duas formas de energia, que são utilizadas

concomitantemente pelo Brasil a fim de se afirmar como a nova grande potência energética do sistema internacional:

Vários analistas como Daniela Medeiros (2010), Ricardo Sennes e Thais Narciso (2009) veem na diplomacia energética brasileira posturas diferentes. A posição brasileira se adaptaria de acordo com o interlocutor, a fonte de energia, a área geográfica, mas também segundo a dinâmica do mercado e as políticas desenvolvidas em todo o mundo. Este comportamento leva à afirmação de que a política energética do governo brasileiro não é única, mas é influenciada e limitada pelos fatores mencionados. Medeiros utiliza o seguinte exemplo: quando o Brasil quer se posicionar como líder dos países em desenvolvimento, quando sugere soluções para a fome, a segurança energética e o aquecimento global, o etanol é destaque. Ao contrário, quando o Brasil está buscando posicionar-se frente aos países desenvolvidos nas negociações multilaterais, a força geopolítica do petróleo é levada em conta na estratégia brasileira. (LE PRIOUX; MUXAGATO, 2011, p. 24)

O Pré-Sal apresenta a capacidade de ampliar a negociação brasileira com países dependentes de petróleo, além configurar uma nova arma geopolítica para o país, segundo os autores supracitados.

O Balanço de Política Externa de 2003 a 2010 já apresenta os novos desdobramentos em política externa evidenciados devido à descoberta do Pré-Sal. Foi criado em 2006 Departamento de Energia do Ministério das Relações Exteriores (DE/MRE) “como uma resposta à crescente influência da política energética nacional sobre nossa política externa, bem como do impacto das decisões de política externa sobre a política energética do país, nas dimensões bilaterais, regionais e multilaterais” (MRE, 2010).

O relatório destaca a crescente importância do Brasil nas questões internacionais relacionadas ao petróleo: grande consumidor, produtor, e sede de uma das maiores empresas do setor, o Brasil torna-se primordial nos debates e fóruns relacionados à energia. O Brasil passou ser mais ativo em relação ao tema energia no contexto internacional, expandindo e intensificando as relações bilaterais com novos parceiros na área de energia (América do Sul, África e Ásia).

A integração energética na América do Sul se configura duplamente como um desafio e uma oportunidade para o Brasil. O aprofundamento da integração energética no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) merece relevo, resultando na criação do Conselho Energético Sul-Americano e do Plano de Ação e as Diretrizes

de integração energética regional. As propostas de construção da PETROAMÉRICA, lançada pela Venezuela e que visa a integração das empresas estatais de energia latino-americanas, e do Grande Gasoduto do Sul que interligaria a Venezuela, Brasil e Argentina também mostram a vontade política de aprofundamento da integração energética na região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pré-Sal configurou a maior descoberta de reservas de petróleo da última década, modificando o perfil do Brasil e representando a grande chance do país de se tornar um grande protagonista na geopolítica do petróleo, com seus desafios e oportunidades.

A partir do exposto neste trabalho, destaca-se a importância dos recursos naturais, principalmente dos hidrocarbonetos, na elaboração de políticas estatais, tanto internas quanto externas; os cenários de alta dos preços e restrição externa modificam uma ampla gama de diretrizes dos países, principalmente daqueles que mais dependem de importações para suprir suas necessidades energéticas.

No caso brasileiro, o papel marginal na geopolítica geral, e na geopolítica do petróleo mais especificamente, parece estar em vias de ser substituído por uma postura mais assertiva nas relações internacionais. Conforme exposto, o choque do petróleo de 1973 se deu em um período de vulnerabilidade brasileira quanto à oferta externa, tornando necessária uma série de medidas a fim de encarar um período de queda nas importações e déficit comercial para com os países do Oriente Médio. Diante desta situação problemática, a decisão tomada foi de procura de novos parceiros, comerciais e diplomáticos, a fim de garantir o abastecimento do petróleo necessário para o projeto de desenvolvimento nacional em andamento. Tal medida, como pode ser notado, é objetivo de política externa atualmente dos Estados Unidos e China, ainda altamente dependentes das importações de recursos energéticos.

Além disso, no que diz respeito às respostas internas, o II PND enfatizou a busca pela segurança energética através de fontes de energia alternativas, como foi constatado nos acordo nuclear com a Alemanha, na construção das grandes hidrelétricas como a de Itaipu e na concretização do programa Proálcool, que seria retomado posteriormente com a alta dos preços e o novo incentivo mundial às energias renováveis.

Pode-se concluir que os recursos energéticos muito têm influenciado nas políticas brasileiras, e a descoberta do Pré-Sal pode ser vista como um ponto de inflexão da inserção brasileira na geopolítica do petróleo. Passando de um papel de vulnerabilidade, o Brasil passa a ser o sexto maior produtor de petróleo da atualidade, e as perspectivas são de se tornar um grande exportador na próxima década.

A nova inserção internacional do Brasil já se mostra uma realidade se forem observados os novos papéis do país nas agências multi laterais e fóruns internacionais de discussão sobre energia. Além disso, a importância crescente do país nas dinâmicas internacionais é constatada, conforme destacado, nos modificados perfis de relacionamento com as grandes potências mundiais que disputam a liderança do sistema internacional.

No caso dos Estados Unidos, a reativação da IV Frota e a espionagem da Petrobrás se mostram essenciais para a compreensão do distanciamento brasileiro e dos novos conflitos, diplomáticos ou não, que podem surgir com a nova posição de liderança regional tomada pelo Brasil na questão de segurança energética. Se um conflito armado entre Estados Unidos e Brasil parece uma ideia distante, a espionagem da Petrobrás pode ser encarada como um novo tipo de conflito nas relações internacionais, travado no ciberespaço.

Se com os Estados Unidos o atual cenário mostra um afastamento, concomitantemente a aproximação com o Gigante Asiático apresenta um papel de maior influência brasileira nas relações internacionais. A busca por segurança energética chinesa vai ao encontro das aspirações brasileiras de maior projeção no cenário internacional, promovendo assim uma parceria sino-brasileira calcada em interesses nacionais convergentes.

Em suma, espera-se com esse trabalho apresentar o grande papel dos recursos energéticos nas dinâmicas internacionais, em especial no caso do Brasil, apresentando a mudança de posicionamento brasileiro com a descoberta do Pré-Sal. A esta oportunidade de projeção e de desenvolvimento econômico e social somam-se diversos obstáculos que devem ser ultrapassados a fim de um efetivo aproveitamento dos recursos. As próximas décadas podem representar, deste modo, a concretização do antigo sonho brasileiro de proeminência no cenário internacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Monteiro Lobato e a emergência da política do petróleo no Brasil. In: BARROS FILHO, Omar L. de; BOJUNGA, Sylvia (Org.). **Potência Brasil: Gás natural, energia limpa para um futuro sustentável**. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2008, 144p; ISBN: 978-82-61450-01-4; p. 12-33

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul** (da Tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 153-177.

BARBOSA, Josilma de Lima. **Desafios transnacionais para a segurança e defesa dos EUA na era da informação: o uso da tecnologia da informação como arma de ataque às ameaças virtuais**. 2012. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BRITISH PETROLEUM AMOCO (BP). **Statistical Review of World Energy 2005**.

Disponível em:

[http://www.nioclibrary.ir/free-e-](http://www.nioclibrary.ir/free-e-resources/BP%20Statistical%20Review%20of%20World%20Energy/statistical_review_of_world_energy_full_report_2005.pdf)

[resources/BP%20Statistical%20Review%20of%20World%20Energy/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_full\\_report\\_2005.pdf](http://www.nioclibrary.ir/free-e-resources/BP%20Statistical%20Review%20of%20World%20Energy/statistical_review_of_world_energy_full_report_2005.pdf). Acesso em: junho 2014.

\_\_\_\_\_. **Statistical Review of World Energy 2013**. Disponível em:

[http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-](http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical_review_of_world_energy_2013.pdf)

[review/statistical\\_review\\_of\\_world\\_energy\\_2013.pdf](http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/statistical-review/statistical_review_of_world_energy_2013.pdf). Acesso em: junho 2014.

BULHÕES, Daniel Bruno Damasceno. **A Pré-Sal Petróleo S.A. e o novo marco regulatório brasileiro**. Revista Direito e Liberdade, Natal, n. 1, vol. 15, p. 58-78, jan/abr. 2013.

CARVALHO, José Reinaldo. Quarta Frota: Instrumento estratégico da política de domínio mundial dos EUA. In: CARVALHO, José Reinaldo (Ed.). **América Latina em Tempos de Guerra: A reativação da Quarta Frota no atual contexto da América Latina**. São Paulo: Cebrapaz, 2009. Cap.6. p. 49-59.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

ESTADÃO. **Espionagem mira recursos naturais, diz Celso Amorim.** Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,espionagem-mira-recursos-naturais-diz-celso-amorim,1134179>>. Acesso em: julho de 2014.

FUSER, Igor. (2014) **O Petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico.** Dissertação de Mestrado. PPG Relações Internacionais Multi-Campi Unesp-Unicamp-Puc-SP: São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/igor.pdf>>.

\_\_\_\_\_. (2009) Quarta Frota: a volta das canhoneiras?. In: CARVALHO, José Reinaldo (Ed.). **América Latina em Tempos de Guerra: A reativação da Quarta Frota no atual contexto da América Latina.** São Paulo: Cebrapaz, 2009. Cap. 4. p. 19-28

G1. **Entenda o caso de Edward Snowden que revelou espionagem dos EUA.** Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

HERMANN, Jennifer. Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O II PND e a Crise da Dívida Externa. In GIAMBIAGI, Fabio; VILELA, André. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2000).** Rio de Janeiro: Campos, 2005, pp. 93-114.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **World Energy Outlook 2013.** Disponível em: <http://www.worldenergyoutlook.org/>. Acesso em: junho 2014.

ISTOÉ DINHEIRO. **Petrobrás Vigia.** Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20130914/petrobras-vigiada/5112.shtm>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

ITAIPU. **Nossa História.** Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/nossa-historia>. Acesso em: março de 2014.

KEOHANE, Robert, NYE, Joseph, **Power and Interdependence: World Politics in Transition,** Little Brown, Boston, 1977.

KLARE, Michael T. (2006) Sangue por petróleo: a estratégia energética de Bush e Cheney. p. 201-223. in: LEYS, C. & PANITCH, L. (orgs.) **O novo desafio Imperial.**

CLACSO, 2006. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/09\\_klare.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/09_klare.pdf)>.

\_\_\_\_\_. (2003). **The New Geopolitics**. Monthly Review. July-August 2003.

LINS, Hoyêdo N. **Geoeconomia e geopolítica dos recursos energéticos na primeira década do século XXI**. Texto para discussão, n. 03, 2008.

LE PRIOUX, Bruna; MUXAGATO, Bruno. **A descoberta das jazidas do pré-sal: o desafio para o futuro da energia no Brasil**. Revista Intellector, n. 15, jul/dez. 2011.

LEITE, A. C. C.; LIRA, E. M. **A corrida chinesa em busca de energia: a evolução da política energética chinesa em direção à África, América do Sul e Brasil**. Revista de Estudos Internacionais, v. v.2, p. 31-51, 2012.

LUCCHESI, Celso Fernando. **Petróleo**. *Estud. av.* [online]. 1998, vol.12, n.33, pp. 17-40. ISSN 0103-4014.

MARTINS, Carlos Estevam. **A evolução da política externa brasileira na década de 64/74**. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 12, 1975, p. 54-98.

MEDEIROS, Daniela Marques. **O etanol e o petróleo no processo de inserção internacional do Brasil no governo Lula**. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas da UNESP, UNICAMP e PUC/SP, 2009. Disponível em: <[www.unesp.br/santiagodantassp](http://www.unesp.br/santiagodantassp)>. Acesso em: 12 abr. 2014.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Modelo Regulatório do Pré-Sal**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>. Acesso em: 17 de abril de 2014.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. **Balanco de Política Externa: 2003 - 2010**.

Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.2.12-temas-multilaterais-petroleo-e-gas>. Acesso em: junho de 2014.



MORAES, Maurício. **Espionagem abre discussão sobre preparo do Brasil para uma guerra cibernética.** Disponível em:

<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131011\\_defesa\\_seguranca\\_cibemetica\\_brasil\\_m\\_m.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/131011_defesa_seguranca_cibemetica_brasil_m_m.shtml)>. Acesso em: julho de 2014.

NITSCH, Manfred. O Programa de Biocombustíveis Proalcool no contexto da estratégia energética brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.123-138, abr/jun. 1991. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/42-10.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

NYE, Joseph. **Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História**, Gradiva, Lisboa, 2002 (327.5 NYE)

PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **A segurança energética da China e as reações dos EUA.** *Contexto int.* [online]. 2008, vol.30, n.2, pp. 361-398. ISSN 0102-8529.

PECEQUILO, Cristina; HAGE, José Alexandre. Dilemas sul-americanos: o Brasil, o Paraguai e Itaipu. **Meridiano 47**, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.bce.unb.br/index.php/MED/article/view/1132/799>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PETROBRÁS. **Nossas atividades: Pré Sal.** Disponível em: <http://www.petrobras.com.br>. Acesso em: 20 de abril de 2014.

PIGNOTTI, Dario. **Geopolítica do Petróleo: Brasil se afasta dos EUA.** Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/10/leilao-libra-petroleo-brasil-eua.html>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

PORTAL BRASIL. **Nota sobre o Pré-Sal e o Campo de Libra.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2013/10/nota-sobre-o-pre-sal-e-o-campo-de-libra>. Acesso em: 17 de abril de 2014.

SANTANA, Carlos Ribeiro. **O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática.** *Rev. bras. polít. int.*, Dez 2006, vol.49, no.2, p.157-177. ISSN 0034-7329

SOUZA, Fabiano Farias de. Acordo Nuclear Brasil-Alemanha Federal de 1975: O desafio brasileiro na busca de soberania nacional. **Revista do Corpo Discente do**

**Programa de Pós-graduação em História da Ufrgs**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.215-231, Julho/Dezembro 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9818/5617>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2004, vol.47, n.2, pp. 191-222. ISSN 0034-7329.

THUSWOHL, Maurício. **EUA reativam a IV Frota e preocupam dirigentes da AL**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-reativam-IV-Frota-e-preocupam-dirigentes-da-AL/6/14205>. Acesso em: 07 de junho de 2014.

VADELL, Javier Alberto . **As Implicações Políticas da Relação China-América do Sul no Século XXI**. *Cena Internacional* (UnB. Impresso), v. 10, p. 155-183, 2007.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1945 – 1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2004.